



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO SEMINÁRIO “PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO”
REALIZADA EM 07/08/2025**

**ATA DO SEMINÁRIO “PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO” — REALIZADO NA
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e dezessete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado federal Dagoberto Nogueira, titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, deu-se a abertura do Seminário Plano Nacional de Educação 2024/2034 - Projeto de Lei nº 2.614/2024.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Autoridades, parlamentares, profissionais da área de educação, prefeitos, vereadores, secretários municipais de educação, representantes de entidades de classe, acadêmicos, senhoras e senhores, boa tarde! Sejam bem-vindos! Boa tarde também a todos que nos acompanham pelas nossas plataformas digitais, pela TV Alems, canal 7.2 (da TV aberta), e pela Rádio Alems, conectada com a Rádio Senado, na frequência 105,5 Mhz. Informamos que temos wi-fi disponível. Para acessar, localize em seu dispositivo a rede "Alems" e navegue com total segurança. Os registros feitos pelos fotógrafos oficiais deste evento estarão disponíveis na galeria do site da Alems. As notas taquigráficas serão disponibilizadas no site da Alems, dentro do prazo regimental. Por iniciativa do deputado federal Dagoberto Nogueira, coordenador da bancada federal de Mato Grosso do Sul e titular da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Estado de Educação (SED), recebemos a todos nesta Casa de Leis para o Seminário Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE, como é conhecido, conta com uma Comissão Especial na Câmara Federal, destinada ao acompanhamento das pautas relacionadas ao plano. Essa comissão é presidida pela deputada federal Tabata Amaral. No desenvolvimento de seus trabalhos, a referida comissão está realizando seminários estaduais com segmentos da sociedade civil organizada, trabalhadores da educação, governo e especialistas no assunto. O objetivo é apresentar e discutir os diversos pontos constantes na proposta elaborada pelo Governo Federal. Convidamos, neste momento, os componentes da Mesa para os trabalhos: o proponente, deputado federal Dagoberto Nogueira, titular da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024/2034; a deputada federal Tabata Amaral, presidente da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024/2034 - Projeto de Lei nº 2.614/2024; representando este Parlamento, convidamos a deputada estadual Gleice Jane, vice-presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto; o professor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação (SED); o deputado federal Geraldo Rezende; o deputado Pedro Kemp, segundo-secretário desta Casa de Leis; a procuradora de justiça doutora Vera Aparecida Cardoso Bogalho Fost Vieira, coordenadora do Núcleo de Educação, neste ato, representando o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; a professora Deumeires Batista de Souza Rodrigues de Moraes, presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação (Fetems), e a conselheira Celi Corrêa Neres,

presidente do Conselho Estadual de Educação. Senhoras e senhores, teremos, neste momento, a execução do Hino Nacional Brasileiro, letra de Joaquim Osório Duque Estrada e música de Francisco Manoel da Silva. [Execução do Hino Nacional]. Senhoras e senhores, registramos neste Plenário a presença do prefeito Edinho Cassuci, do município de Angélica; do prefeito Vitor Malaquias, do município de Japorã; da vice-prefeita Maria Vital, do município de Anastácio, que está representando o prefeito Cido; da professora doutora Vera Lúcia Guerra, coordenadora do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), neste ato, representando o Magnífico Reitor, professor doutor Laércio Alves de Carvalho; e do vereador Jean Ferreira, do município de Campo Grande. Registrarmos também a presença de Alelis Isabel Gomes, coordenadora da União Nacional de Conselhos Municipais de Educação; de Mariete Felix Costa, coordenadora do Comitê MS da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; de Izabela Nantes, presidente do Conselho Estadual da Juventude; de Maria José do Amaral, coordenadora do Fórum Municipal de Educação de Campo Grande; da professora Maria Cecilia Amendola da Motta, diretora-presidente da Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação Básica (Fadeb/MS); do professor Onivan de Lima Corrêa, coordenador do Fórum Estadual de Educação; de Helena Sá, presidente da Associação Campo-Grandense de Supervisores Escolares, e de Selma Maria Rodrigues Ramires, secretária de Educação e Cultura do município de Camapuã, que está representando a presidente da Undime. Também mencionamos a participação de Andreia Nunes Militão, da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação; de Elias Ishy, vereador do município de Dourados e presidente da Comissão de Educação e Meio Ambiente; do professor e vereador Juari, do município de Campo Grande, presidente da Comissão de Educação e Desporto da Câmara Municipal de Campo Grande; de Gilvano Bronzoni, presidente do Sindicato Campo-Grandense dos Professores da Educação Pública (ACP); de Elcione Silva, diretora pedagógica, neste ato, representando o senhor Luiz César Nocera, presidente da Apae de Campo Grande; e o professor Sérgio Luiz Gonçalves, secretário adjunto da Secretaria de Estado de Educação. Para a abertura oficial deste seminário e as boas-vindas, anunciamos o senhor deputado federal Dagoberto Nogueira.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Boa tarde a todos! Quero, inicialmente, cumprimentar nossa Mesa e agradecer pela presença da deputada federal Tabata Amaral. Em seguida, falarei um pouco mais sobre a Tabata, nossa presidente da Comissão de Educação, que está conduzindo a discussão sobre o Plano Nacional de Educação 2024/2034 (Projeto de Lei nº 2.614/2024), que será o tema central do debate de hoje. Quero também cumprimentar a deputada estadual Gleice Jane, que representa a Assembleia Legislativa, neste ato, representando o deputado Gerson Claro; o meu companheiro de Câmara, deputado federal Geraldo Rezende; o deputado Pedro Kemp, segundo-secretário da Assembleia Legislativa; o Hélio Daher, nosso secretário de Estado de Educação, que nos dá muito orgulho. Depois quero falar um pouco sobre você. Registro aqui meus cumprimentos à nossa procuradora de justiça, doutora Vera Aparecida; à Deumeires, nossa presidente da Fetems, representando as demais entidades

aqui presentes. Registro, ainda, a presença da conselheira e presidente do Conselho Estadual de Educação, professora Celi Corrêa. Gostaria de registrar a presença dos dois vereadores de Campo Grande (Jean e Juari) e, em nome deles, cumprimento todos os vereadores do interior. Cumprimento também os prefeitos aqui presentes: Edinho, de Angélica; Malaquias, de Japorã; e Maria Vidal, de Anastácio. Muito obrigado a todos pela presença. Inicialmente, eu tenho um texto aqui que o Cerimonial me entregou, e vou lê-lo antes de trazer minhas considerações. “Invocando a proteção de Deus e, em nome da liberdade e da democracia — cumprimentando a todos — declaro aberto este seminário, realizado em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Estado de Educação, sobre o Plano Nacional de Educação. O objetivo deste encontro é debater o Projeto de Lei nº 2.614/2024, que apresenta o novo Plano Nacional de Educação.” Primeiramente, muito obrigado. Vejo aqui um grande número de secretários municipais que vieram nos prestigiar, além de diversas entidades representadas. É muito importante a participação de todos. Para que possamos organizar os trabalhos e garantir que todas as pessoas que desejarem falar tenham a oportunidade, gostaria de pedir a alguém que registre a ordem e os pedidos de fala. O Cerimonial estará à disposição para auxiliar, garantindo que possamos abrir espaço para todos. Eu gostaria de destacar a presença da deputada federal Tabata Amaral, que foi minha companheira desde os tempos de PDT. Quando ela chegou à Câmara dos Deputados, em pouco tempo já demonstrou sua capacidade, sua liderança e, hoje, é reconhecida como uma das principais deputadas do Congresso Nacional. No ano passado, ela foi eleita a melhor deputada da Câmara dos Deputados. Para mim, Tabata, é uma honra enorme estar aqui ao seu lado hoje. Na Comissão de Educação, durante a discussão de quem poderia presidir os trabalhos relacionados ao Plano Nacional de Educação — que considero o principal projeto em tramitação no Congresso Nacional atualmente — houve unanimidade na sua escolha para presidir essa comissão. Essa decisão foi tomada principalmente por causa do seu passado, que ilustra perfeitamente a transformação pela educação. Tabata é um exemplo vivo de que investir na educação dá certo. Ela é uma pessoa que podia ter dado errado — veio de uma família extremamente humilde —, mas lutou, estudou, chegou a Harvard e voltou ao Brasil para contribuir com seu conhecimento. Hoje, Tabata é um exemplo para todos nós de que a educação transforma. Isso precisa ser destacado. Lá no Congresso Nacional, sem exceção, todos reconhecem o protagonismo e a competência da Tabata, e é por isso que ela está aqui hoje. Nós vamos coordenar os trabalhos do seminário, e eu gostaria de registrar a presença do nosso companheiro Gilvano. É muito importante tê-lo aqui conosco. A Tabata, quando foi eleita, podia ter feito, como está fazendo hoje, as audiências públicas no Congresso. Lá, ela está ouvindo entidades, ouvindo muitas pessoas da área da educação, com as audiências públicas que vem realizando na comissão dela. Só que ela mesma se prontificou a andar pelos estados. Hoje, eu não sei se é o décimo nono ou o vigésimo estado que ela visita. Ela me disse que é o vigésimo que está percorrendo hoje. Nós tínhamos marcado este para ser um dos primeiros, para o final de junho, mas, infelizmente, eu precisei fazer uma cirurgia, e acabei fazendo um apelo a ela, para realizarmos no início de agosto. Se não fosse isso, seríamos um dos primeiros. Esse Plano Nacional tem metas a serem cumpridas. No último plano, as metas não foram alcançadas



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO SEMINÁRIO “PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO”
REALIZADA EM 07/08/2025**

e deixou muito a desejar. Eu dei uma entrevista agora, dizendo que a execução desse projeto depende muito, também, da presença dos prefeitos e governadores. Porque, na realidade, quem toca na base são os prefeitos e os governadores, que ajudam a executar esse plano. E o Governo Federal precisa dar respaldo para isso tudo; e ele já vem fazendo isso. O ministro Camilo, desde o ano passado, está investindo muito em escolas. São poucos os municípios que hoje não têm uma escola em construção ou uma creche sendo erguida. Ele também disponibilizou recursos para que possamos fazer esses investimentos na educação. Além disso, os municípios que implantaram a educação em tempo integral têm recebido apoio financeiro para facilitar essa questão do plano. Nossa plano anterior não foi possível porque tivemos um presidente da república que não acreditava na educação, e perdemos muito tempo com isso. Agora, precisamos correr atrás desse tempo perdido, para que esse plano, após ser aprovado, possa ser cumprido. Esse é o nosso objetivo. A Tabata veio aqui para ouvir Mato Grosso do Sul e ver quais são as propostas que vocês querem que ela leve. Podem entregar documentos; vamos abrir o espaço para falas, enfim... Ela veio aqui para ouvi-los. Por isso vou parar de falar e passar a palavra para essa deputada, da qual tenho muito orgulho de ser colega.

DEPUTADA FEDERAL TABATA AMARAL - PSB/SP (presidente da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Boa tarde a todos e a todas! Muitíssimo obrigada por estarem aqui. Estou tendo a alegria de percorrer o nosso Brasil, sentando para conversar e ouvir muita gente, que em muitos casos dedica décadas de sua vida à educação. Se tem uma coisa, Dagoberto, que essa missão está me dando, é esperança. Esperança no sentido de esperançar, de acreditar que, apesar dos desafios que temos, vamos conseguir vencê-los e construir um Brasil melhor, por meio da educação e com mais oportunidades. Eu gostaria de fazer alguns agradecimentos, começando pelo meu amigo, deputado Dagoberto. Nos conhecemos há muitos anos e militamos em causas muito parecidas, sendo que a maior delas, com toda a certeza, é a educação. É uma alegria visitá-lo aqui em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Também é uma alegria tê-lo como nosso coordenador do PNE aqui no estado. Sou muito grata não apenas por essa mobilização, que tanto vai nos ensinar, mas principalmente pela sua luta e compromisso de tantos anos com a educação. Conte sempre comigo! Estou muito feliz por estar aqui. Eu gostaria também de cumprimentar um amigo, o doutor Geraldo Rezende, nosso deputado. Muitíssimo obrigada por estar aqui. Eu, na educação, ele, na saúde, seguimos aprendendo — um com o outro — e caminhando juntos. Tenho muita admiração e respeito pela sua trajetória. Estamos juntos também na bancada de saúde mental, lutando para que esse tema não seja tabu e entendendo que transtornos como depressão, ansiedade, assim como um câncer ou uma perna quebrada necessita acolhimento, consciência e um olhar humano para superar. Então, muitíssimo obrigada. Eu também gostaria de cumprimentar a deputada Gleice Jane. É uma alegria conhecê-la, uma alegria tê-la nesta Mesa. Estou muito animada para ouvi-la mais tarde. Cumprimento o deputado Pedro Kemp. É uma alegria também estar aqui com o senhor. Estou muito feliz e animada para poder ouvi-lo em breve. Cumprimento o nosso secretário professor Hélio. Já ouvi coisas muito boas a seu respeito, mas o mais importante é sobre o trabalho que realiza. A educação em tempo integral é uma educação

holística que prepara para a vida. Essa também é uma bandeira que eu carrego. Muito grata por estar ao seu lado. Cumprimento a professora Deumeires, que, pelo que ouvi, é uma grande referência. Não consigo vê-la agora, mas quero destacar que foi quem mais recebeu palmas até agora, caso vocês não tenham reparado. Que alegria tê-la aqui representando nossos educadores nesta Mesa. Muitíssimo obrigada! Cumprimento ainda a procuradora Vera Aparecida. Agora sim, consegui localizá-la. Muito bom tê-la conosco. Estou animada para ouvi-la. Muitíssimo obrigada! E, por último, cumprimento a conselheira Celi Corrêa. Muito obrigada também. É uma grande felicidade compor esta Mesa com você. Vou ficando por aqui, gente, porque queria compartilhar apenas algumas palavras. Nós, que somos parlamentares, adoramos falar, mas este seminário não é para que a gente fale; é para ouvirem. Conversei mais cedo com o Dagoberto e com o pessoal, e disse que, enquanto meu voo estiver aguardando, quero realmente trabalhar para que seja possível ouvir o maior número de pessoas dessa plateia. Quando recebi a missão de ser presidente da Comissão que vai escrever — ou está escrevendo — o Plano Nacional de Educação, confesso que, a princípio, não fiquei muito animada. E sou uma pessoa muito sincera. Pensei: “Se for para colocar palavras bonitas, se for só para escrever lista de desejos, não sou boa para isso. Eu gosto de coisas concretas, gosto de batalhas, de lutar por coisas que mudam a vida das pessoas”. Os projetos que consegui aprovar ao longo dos anos refletem isso. Por exemplo: absorventes nas escolas, para que nenhuma menina precise faltar às aulas por falta de absorvente; é o Pé de Meia, para que outros jovens tenham a oportunidade que eu tive. Eu vim da periferia e estou orgulhosa disso. Fui aluna de escola pública, e poder sonhar com o futuro foi um privilégio que poucos têm. Eu conclui o ensino médio porque tive professores que entenderam a luta que eu enfrentava: meu pai dependente químico, e eu indo para a escola com fome. Dagoberto, eu tive professores que pagaram meu almoço, meu transporte, minhas roupas, meus livros. E eu não tenho vergonha nenhuma de dizer isso. Por causa desses professores, fui a primeira na minha família a concluir o ensino médio, a fazer uma faculdade, a sonhar com um futuro. Mas essa trajetória é uma exceção, não uma regra. Infelizmente, essa ainda não é a realidade para a esmagadora maioria dos jovens brasileiros. Quando propus o Projeto Pé de Meia, sofri críticas. Disseram: “Ah, agora quer pagar para aluno estudar!” E eu respondo: “Não. Queremos apenas igualar um pouco o ponto de partida. Queremos que o jovem que se esforça, que passa de ano e faz vestibular, possa sonhar. Que ele possa fazer uma faculdade, escolher um curso técnico.” A realidade que ele vive, porém, é outra. Ele carrega, desde cedo, a pressão de ter que largar a escola para ajudar na renda da família. Isso acontece quando o pai está desempregado ou quando a mãe não consegue arcar com as despesas básicas. O Pé de Meia tenta minimizar isso. É uma poupança que ajuda o jovem: algo em torno de três a quatro mil reais, apenas o suficiente para ele se manter no ensino técnico ou para abrir um pequeno negócio. O que tem de errado nisso? E não é à toa que soluções semelhantes ao Pé de Meia já foram testadas em vários países. No Brasil, economistas comprovaram que a cada real investido no Pé de Meia, economizamos sete na sociedade. Deixo vocês com um dado: eu fiz astrofísica, adoro dados e estudos, então poderia continuar, mas vou me deter nesse ponto. Por que o Pé de Meia é tão bom? Porque terminar o ensino médio no Brasil aumenta a expectativa de vida em quatro anos. Vocês sabiam disso? É isso que a educação faz. E é

por isso que seguimos nessa batalha. Trago isso aqui porque é isso que me move: estar na política não é para palhaçadas ou para discursos bonitos, mas para lutar por oportunidades concretas. E aí, voltando ao nosso PNE, quando o presidente Hugo Motta me procurou e o pessoal da educação falou comigo, eu disse: eu topo, mas a gente vai fazer um pouco diferente. Vamos, sim, debater educação indígena, educação inclusiva, creches, graduação, formação e valorização dos professores, mas não vou apenas colocar coisas bonitas no papel. Primeiro, a gente vai percorrer o Brasil todo, porque eu não acho que isso seja algo tão dispendioso. O que estamos fazendo é delinear o que será prioridade na educação, qual será a estratégia, os objetivos, e onde tem que estar o dinheiro. Não dá para fazer isso de Brasília, achando que as nossas ideias são suficientes. É preciso ir para a rua, ouvir o professor, a professora, os pais, as mães, os estudantes. Por isso, estamos promovendo vinte e sete seminários estaduais. Dá um trabalho danado, mas é muito recompensador, porque a gente aprende e entende. Meu compromisso com vocês aqui hoje é ouvir o maior número possível de pessoas. Estamos, inclusive, com o Paulo Sena, que é uma referência entre os consultores de nossa educação em Brasília. Ele está aqui para registrar cada palavra, cada provocação, cada experiência, para que isso se reflita no relatório que será apresentado. Então, é para essa missão que eu convido vocês: debatemos profundamente, desenhamos um plano que tenha o tamanho do nosso Brasil e o potencial das nossas crianças e adolescentes. Mas é fundamental que a gente vá além. Quero que este plano seja diferente dos outros, e que seja plenamente implementado. Não adianta ter um Plano Nacional de Educação se os estados não têm seus planos estaduais de educação. A bola, secretário, em breve estará com vocês. Depois disso, será a vez das prefeituras. Não dá para sonhar com uma educação básica melhor se os municípios não têm seus planos municipais de educação. Vamos avançar nisso. Outro ponto é o monitoramento. Não podemos esperar dez anos para dizer: "Olha só, minha gente, não batemos metade das metas. De novo!" Não! É preciso ter dados. Dados sobre a educação de comunidades indígenas, dados sobre a educação de brancos e negros. É preciso monitorar ano a ano, porque, assim, conseguimos identificar falhas e corrigir o rumo. Com esse espírito, vamos construir este plano, acompanhar a sua implementação e lutar pelos recursos necessários para a educação. Lá em Brasília, frequentemente aparece alguém querendo cortar o Fundeb, questionando o investimento mínimo em educação, dizendo que a área tem dinheiro demais. Como a educação pode ter dinheiro demais se ainda temos escolas sem água, sem internet e a merenda escolar não é de qualidade e se os jovens não têm acesso ao ensino técnico? Não se faz tudo apenas com dinheiro, mas, sem investimento, não se faz nada. Uma provocação que fiz foi calcular quanto custa implementar este PNE: seria 5%, 10% ou 15% do PIB? Porque precisamos de argumentos para dizer: "Está aqui o plano. Agora é hora de investir. Agora precisamos de acompanhamento e execução." Caso contrário, novamente, jogaremos toda a responsabilidade nas costas dos professores e das famílias, sem cobrar das políticas públicas a sua parte. Estamos aqui para olhar para a realidade e para o futuro. Como dizia Ariano Suassuna, somos pessoas realistas, mas que não perderam a capacidade de esperar, de sonhar, de construir um futuro melhor para avançarmos. A educação ainda não é valorizada como deveria. Mas, no dia que isso mudar, este Brasil avança e se desenvolve com equidade, trazendo todo mundo junto. Era só isso

que eu tinha para dizer. Agora, só anotarei. Estou muito animada para ouvi-los. Muito obrigada pela acolhida tão generosa. Vamos fazer um seminário muito rico. Que nunca nos esqueçamos: estamos aqui para que cada criança e cada adolescente possa realizar todo o seu potencial, e esse potencial é infinito. Muito obrigada!

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Vou continuar aqui recebendo a lista das autoridades presentes. Eu queria registrar a presença do prefeito Gabriel, lá de Bela Vista, esse jovem. Hoje, a Tabata respondeu uma pergunta sua, lá na rádio; a Lilian Daiane, presidente da Comissão de Mães Atípicas de Mato Grosso do Sul; a professora Elisângela Melo, presidente do Conselho Municipal de Educação de Campo Grande; o professor Jaime Teixeira, diretor da Fetems, e a senhora Mariuza Guimarães, vice-coordenadora do Fórum Estadual de Educação. Agora, vou passar a palavra ao professor Hélio Daher, esse secretário que tem nos dado muito orgulho. Eu estava falando com a Tabata que, hoje, Mato Grosso do Sul só está atrás do Ceará. Atualmente, 63% das nossas escolas estaduais são de tempo integral. Isso é um grande feito, Hélio, parabéns! É algo muito significativo para a educação no Mato Grosso do Sul. E, além disso, o nível das escolas também é de destaque, todas reformadas, com ar-condicionado, lousas digitais, aulas de robótica, enfim... Hélio, parabéns pelo trabalho que você está realizando pela educação no nosso estado. A palavra está com você, meu irmão.

SENHOR HÉLIO QUEIROZ DAHER (secretário de Estado de Educação) — Boa tarde a todas as pessoas que dedicaram parte do seu tempo para estar aqui conosco hoje. Sabemos que, esta semana, a rede estadual voltou aos seus trabalhos, e também sabemos dos compromissos que cada profissional tem. Portanto, agradeço muito a cada um que está presente aqui hoje. Quero saudar o deputado Dagoberto, nosso representante federal, que, há cerca de três meses, me procurou para organizar este evento. Ele tinha a missão de ser o primeiro a trazer a deputada Tabata aqui para o nosso estado. Ficou até um pouco chateado, não é, deputado? Porque não conseguiu antes. Mas foi por motivo de força maior... E faz parte! Ele queria, depois, dizer algo como: “Fui o primeiro!” Parabéns, Dagoberto, porque essa iniciativa é muito importante. Trazer essa discussão para o nosso território, dar essa oportunidade para todos que atuam na educação, tem um grande valor. Cumprimento o deputado Geraldo Rezende, um amigo querido e um grande lutador pela educação, principalmente na área voltada à educação indígena. Não sei se você vai falar, deputado, então não vou me adiantar sobre isso—para evitar que você brigue comigo depois por eu ter falado! Mas quero registrar o orgulho de ver o papel que você desempenha em nossa representação. Cumprimento, também, a deputada Gleice Jane, uma colega que me dá muita liberdade para dialogar, alguém que me procura frequentemente para discutir pautas importantes da educação. Ela traz, especialmente, as demandas que vêm das bases. Eu já disse a ela que a considero um termômetro. Quando a deputada Gleice Jane está mais brava, eu sei que tem gente na ponta que também está insatisfeita. Ela me liga, me critica, e, assim, construímos um diálogo. É muito importante termos deputados que nos mostram como estão as coisas na linha de frente. O deputado Pedro Kemp também está

aqui, e quero aproveitar para destacar que temos, neste auditório, três ex-secretários de educação: o próprio deputado Pedro Kemp, a professora Cecília e o professor Helinho, meu xará e uma pessoa muito querida. É uma honra tê-los aqui conosco. Quero também parabenizar a nossa presidente Deumeires, que foi recém-eleita. Parabéns pela eleição, Deumeires! Você é uma guerreira e, como já disse antes, é outro termômetro importante para nós, talvez um termômetro ainda mais severo. Mas é alguém por quem tenho muita admiração. Em seu nome, quero cumprimentar o professor Jaime, que brilhantemente passou a presidência para você. Tenho certeza de que dará continuidade ao trabalho de luta pelos direitos da educação. Cumprimento, ainda, a doutora Vera, do Ministério Público. Ela sabe da profunda admiração que temos pelo seu trabalho. Doutora Vera é uma promotora que dedica integralmente o seu tempo às pautas da educação. Ela transformou o Ministério Público em um agente incentivador do aperfeiçoamento da qualidade dos nossos serviços, algo que nos enche de orgulho e que nos motiva a continuar aprimorando as nossas políticas de educação. A partir do momento que a doutora Vera começou a interagir com a gente, o Ministério Público adquiriu uma postura de muito mais diálogo. Nos cobra quando é necessário, mas nos comprehende quando é importante. Então, eu queria cumprimentá-la, doutora. Cumprimento também a nossa presidente do conselho, a professora Celi, e, em seu nome, professora, cumprimento todos os conselheiros que estão aqui presentes. Quero destacar a importância da presença de todo o conselho. Estão todos aqui, deputado, e isso é muito significativo. Cumprimento também a deputada Tabata, que é, sem dúvida, um orgulho para nós, pois tem uma história pessoal inspiradora. Quero relatar que temos diretores na rede que costumam contar suas histórias para os estudantes. Às vezes, é necessário ter uma inspiração para seguir em frente, e, deputada, não tenha dúvida de que você é uma inspiração para muitos dos nossos estudantes, mesmo que isso não chegue diretamente até você. Aproveito para saudar os vereadores aqui presentes, o vereador Jean e o vereador Juari. Quero cumprimentar também o Divano, presidente da Associação Campo-Grandense de Professores (ACP), à qual sou afiliado. Votei nele e estou muito satisfeito com sua eleição; caso contrário, ele certamente iria brigar comigo. Cumprimento também todas as outras pessoas presentes, especialmente o presidente do Fórum Estadual de Educação, Onivan, que tem a responsabilidade de organizar a discussão do plano nacional aqui em Mato Grosso do Sul. Tomamos a decisão — pela capacidade do Onivan, que possui grande experiência de gestão — de que o fórum seria o melhor ambiente e a melhor instituição para conduzir esse processo. Onivan, muito obrigado. A responsabilidade agora é sua também. Eu já estou sem cabelo, mas você ainda tem, então cuide-se para não perdê-los nesse processo. Eu serei breve, porque a pauta de hoje é escutá-los, mas quero destacar a importância do processo. Relembro que amadurecemos muito com o Plano Nacional de Educação (PNE). Para quem estava presente na formulação de 2014, vivemos um momento bem diferente no Brasil. Era um momento de mais paz, sem essa guerra ideológica ridícula que, muitas vezes, nos coloca em situações em que precisamos pesar planos e projetos. Foi um período rico e importante. E, apesar de não termos conseguido realizar tudo o que era esperado, deputado, tenho muito orgulho do que a educação conseguiu entregar. Naquele momento, nós nos esforçamos muito. Eu era diretor de escola na época e sei o quanto nós, diretores, professores, fizemos para entregar

o melhor. Nas escolas, tentamos oferecer qualidade dentro das possibilidades. Contudo, algumas metas, especialmente as relacionadas à aprovação, à frequência ou ao combate ao abandono escolar, muitas vezes não estão apenas no controle da escola. Digo isso porque gostaria muito, deputada Tabata, que outros setores compreendessem a importância do Plano Nacional de Educação. A saúde precisa nos ajudar, assim como a assistência social, para que a qualidade de vida chegue às casas dessas crianças. A educação, sozinha, não vai salvar a sociedade. Precisamos que outros segmentos também ofereçam serviços de qualidade. As crianças precisam estar bem alimentadas. A alimentação escolar é muito importante, mas a escola não pode ser a única responsável por alimentar essas crianças. A saúde das crianças, muitas vezes negligenciada, também impacta a educação. Há casos em que a escola precisa responder pelo alto índice de evasão, mas, na verdade, a responsabilidade transcende seu alcance direto. É por isso que outros segmentos são indispensáveis para que possamos entregar um PNE exequível e dizer que conseguimos concluí-lo. Como secretário de Estado de Educação, assumo a responsabilidade de trabalhar intensamente e efetivamente no monitoramento. É por meio do monitoramento que conseguimos corrigir nossas rotas. Então, quero agradecer novamente e desejar a todos uma ótima audiência pública. Já informei ao nosso presidente que, daqui a pouco, precisarei sair para um evento alusivo ao mês das mulheres, que acontece hoje na Governadoria, mas ficarei mais um pouco antes de ir. Deputada Tabata, mais uma vez, obrigado pela sua participação. Muito obrigado.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Muito bem, Hélio. Antes de passar a palavra ao meu colega e amigo Geraldo Rezende, quero justificar a ausência da deputada Camila Jara. Ela veio conosco e participou da entrevista coletiva no aeroporto, mas precisou tomar algumas providências relacionadas a ontem. Ontem à noite, nós tivemos alguns problemas lá na Câmara dos Deputados, e eu não sei se ela chegará aqui. Ela só não está aqui conosco, em função dessas providências que ela está tomando. Então vou passar a palavra para o deputado Geraldo Rezende para dar as boas-vindas para a nossa deputada Tabata. Você está com a palavra, meu irmão.

DEPUTADO FEDERAL GERALDO REZENDE (PSDB/MS) — Vou tentar ser o mais breve possível, mas queria, primeiro, agradecer e, ao mesmo tempo, saudar a visita da Tabata, uma deputada que conheci nesta legislatura e que realmente é diferenciada. Ela tem uma história que se assemelha muito com a minha. Eu estava lembrando aqui, Dagoberto, e quero te dizer que me sinto muito orgulhoso de poder ter um parlamentar da bancada que tem dado uma contribuição tão efetiva em diversas áreas, principalmente a da educação. Eu fico na saúde, você toca a educação, e a Tabata faz essa mediação entre educação e saúde, para que a gente construa uma política diferente e supere essa pobreza e essa odiosa guerra ideológica que está se estabelecendo lá, trazendo enormes prejuízos ao nosso povo e ao país. Enquanto ouvia o Dagoberto falar, me lembrei de algo. Lá nos idos de 1970 — e olha que já sou mais velho, um pouco idoso —, fui escolhido para representar Dourados em um programa de televisão que promovia competições entre

colégios. As professoras se cotizaram para comprar uma vestimenta, sapato e roupa para que eu pudesse participar do programa do Pedro Dobes, na TV Morena, representando Dourados em conhecimentos gerais. Lembro bem que, quando a diretora da escola comprava livros da FTD — uma editora ligada à Igreja Católica —, ela dizia: "Nós vamos comprar cinquenta livros, mas você precisa doar um, porque tem um estudante lá que é diferenciado e muito pobre, é o Geraldo Rezende." Quando esse livro chegava às minhas mãos, eu ficava muito feliz, porque sempre acreditei naquela frase de Nelson Mandela: "A educação é a arma mais poderosa para transformar a vida das pessoas." Durante meus mandatos, seja como vereador em Dourados (por duas vezes), deputado estadual ou nas seis vezes como deputado federal, sempre dediquei uma atenção especial à educação. Sou conhecido como "deputado federal da saúde", mas nunca deixei de valorizar essa área. Meu foco não tem sido apenas em trazer estruturas novas, como escolas e creches, mas também em sair do discurso e fazer com que a educação se torne uma prioridade, não apenas em época de eleição. Quando olho aqui para o prefeito de Bela Vista, sei que está sendo construída lá uma creche, conquistada por meio da nossa ação política, mostrando a necessidade do município. Quando escuto a história da Tabata, também me lembro que, no dia 24 agora, uma quarta-feira, eu saí daqui porque não havia voos que chegavam lá em Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais pobres do Brasil. Fui de carro com minha filha Bárbara, que está aqui, e com dois assessores. Fomos lá porque, naquele dia, tinha certeza absoluta de que uma luta que travei com Hélio Daher, com o pessoal da educação do estado e com a Zara Figueiredo — uma pessoa a quem quero fazer referência e justiça, pois carrega no corpo e na alma um compromisso com a educação, especialmente com a educação dos quilombolas, indígenas, ribeirinhos e da população mais excluída — estava gerando frutos importantes. Zara, um exemplo de dedicação e compromisso, disse: "Geraldo, as escolas para as quais você lutou tanto para garantir melhorias, estando junto ao secretário de Estado de Educação... Você falou ao ministro Camilo Santana..." Camilo Santana, eu te conheço. Você, que é filho de alguém a quem eu apoiei nos meus tempos de estudante de Medicina na Universidade Federal do Ceará. Seu pai, Eudoro Santana, foi o nosso candidato contra o regime da ditadura. Assim como ele liderou uma luta importante, agora é a sua vez. Você precisa continuar essa revolução que transformou a educação do Ceará na melhor do país entre as escolas públicas. Agora você também precisa enfrentar os desafios que atingem as comunidades indígenas." Então, no dia 18 de dezembro de 2024, ele me disse: "Deputado, eu aceito seus desafios. Vamos fazer um programa relacionado às comunidades quilombolas e à população indígena. As escolas que você tanto deseja para Mato Grosso do Sul vão sair. São seis escolas." O abraço que recebi ali fora, Dagoberto, dos caciques da aldeia Ipegue, da aldeia Limão Verde, o abraço que recebi nas aldeias Jaguapiru, Bororó, Te'yikue, em Caarapó, e na aldeia de Paranhos já valeram todos os seis mandatos como deputado federal. Porque eles me disseram: "Nós nunca acreditamos, mas, no dia em que você falou que ia conseguir as escolas e que o Governo Federal iria lançar um programa através do presidente Lula e da secretária Zara Figueiredo, eu comecei a acreditar que era possível." Por isso é que, em toda a legislação da Câmara nos últimos seis anos, eu contribuí; o piso, a questão do Fundeb, por exemplo, eu contribuí estando presente com voto ativo. Não estou

na comissão, Dagoberto, mas você nos representa muito bem lá, representando a bancada de Mato Grosso do Sul; contudo, em todos os projetos que passaram por lá eu estou ajudando, porque acredito na educação e vou lutar, cada vez mais, para que aquilo que sair daqui seja materializado, e para que nós possamos, de fato, sonhar. E eu sou um sonhador nato. Sonhar que vamos ajudar a construir um mundo cada vez melhor. Tabata, eu sei da sua competência. Sei também da sua devoção e do seu compromisso. Conte com um soldado. A hora que você chamar, estarei perfilado na primeira fila para defender a educação, como sempre tenho defendido a saúde no Congresso Nacional. Dagoberto, conte com o teu companheiro, com teu amigo. Tenho certeza que vocês terão um seminário espetacular aqui e que Mato Grosso do Sul possa, assim como o Ceará, seguir essa trilha para construirmos, através da educação, o mundo que cada um de nós sonha. Um abraço.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Muito bem. Vou passar a palavra agora para nossa deputada federal Camila Jara. Eu tinha acabado de justificar que você ia chegar atrasada, Camila. Agora vou passar a palavra para a nossa deputada Camila Jara.

DEPUTADA FEDERAL CAMILA JARA (PT/MS) — Muito obrigada, Dagoberto. Eu queria dizer que é muito bom estar aqui hoje. Bem-vinda, Tabata, a Mato Grosso do Sul. Gente, alguém já entregou um tereré para a Tabata? Não? Pedro, providencie no seu gabinete. Gleice, por favor, a gente tem que apresentar bem o estado. É muito bom estar aqui com vocês hoje. Quando falamos de educação e quando vejo a Tabata lutando no Congresso, vejo a Gleice lutando, vejo vocês, o Jaime, a Deumeires, percebo o amor com que vocês se dedicam a pautar e lutar pela educação. É comum quem está aqui, nesta Mesa, fazer todas as lutas com paixão e com amor. Porque só quando amamos uma causa, lutamos por aquilo em que acreditamos. O simbolismo do que a educação representa na minha vida e da minha família vem de uma história que minha mãe conta. Quando ela era uma jovem professora lá no interior de Mato Grosso do Sul, os militares passaram recolhendo alguns livros que eram proibidos. E ela, sem pensar muito, pulou pela janela da biblioteca e pegou os livros do Paulo Freire que estavam sendo recolhidos, porque não podiam estar lá. Eu lembro que perguntei para ela: "Mãe, você é doida? Como faz um negócio desses? E se eles te pegassem?" Ela respondeu: "Camila, eu só pensei que precisava salvar aqueles livros, porque eu não sabia quando íamos ter acesso a eles de novo." Então, eu corri com eles para o meio do mato. Quando amamos uma causa e temos certeza de que ela vai contribuir para transformar uma nação, nós lutamos por ela. E é por isso que estamos aqui hoje. Tenho certeza que o desafio que estamos propondo é construir uma educação que vai pautar, não o futuro, mas o presente de milhares de crianças e jovens no nosso País, portanto, é urgente que definamos um plano de educação, Tabata, com qualidade. Estamos no Agosto da Primeira Infância, e está claro, com os dados apontando, que precisamos priorizar, nos termos de políticas públicas, a nossa primeira infância. Porque, quando olhamos para a primeira infância, conseguimos ter um retorno muito maior em todas as outras políticas. Está na hora de encararmos esse desafio como

nação, como legisladores e como militantes. É por isso que temos que estar preparados para essa batalha. Eu sei que está difícil dar aula ultimamente, está difícil ensinar alguns conteúdos. Há professores que são silenciados, professores que não têm coragem de dar aula de História por medo da repressão, então precisamos, aqui, pautar esses assuntos para que eles tenham a liberdade de ensinar, e, assim, consigamos — à frente desta Mesa — mostrar que esses professores não estão sozinhos, que há um sistema de educação estruturado para protegê-los e para que todos os conteúdos possam ser abordados dentro da sala de aula. Nós, da bancada, Dagoberto e Geraldo, precisamos estruturar todas as escolas de Mato Grosso do Sul para que, quando adentramos essas escolas, os professores possam sentir, Tabata, que estão entrando em um ambiente escolar equivalente àqueles que encontramos na Europa, em países como Portugal. Essa é a meta que precisamos alcançar. Pode parecer utopia, mas, se não perseguirmos esses objetivos, jamais conseguiremos implementá-los aqui. Está mais do que na hora de vermos o Brasil como vanguarda nessa meta. Então, contem conosco! Aqui vocês têm uma bancada de luta que não vai se esmorecer diante dos desafios, que vai lutar bravamente pela educação, pelo futuro do Brasil. Lutaremos, junto com você, Tabata, dentro da Câmara, para que este plano seja aprovado e traga uma educação que liberte mentes e prepare nossos jovens para construir o país. Assim, não teremos que assistir a cenas como as que vimos ontem dentro da Câmara. Muito obrigada.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Muito bem, essa é a nossa Camila, que chegou "chegando" lá na Câmara, briguenta que é, mas uma excelente deputada. Eu também queria registrar aqui a presença do Júlio Buguelo, prefeito de Glória de Dourados. Buguelo, obrigado pela presença, meu irmão. Vou passar a palavra agora para a deputada Gleice Jane, que está aqui representando a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Ela também faz parte da Comissão Permanente de Educação e Cultura da Assembleia. Gleice, a palavra está com você.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT/MS (vice-presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto - Alems) — Obrigada, Dagoberto. Primeiro, quero desejar uma boa tarde; em nome do deputado Dagoberto, cumprimentar toda a Mesa e dar as boas-vindas à deputada Tabata. Tabata, Mato Grosso do Sul é um estado pequeno, mas é um estado onde debatemos muito a educação. É um estado com muitas diferenças na educação. Aqui, nós temos educação quilombola, educação escolar indígena, várias aldeias e várias etnias. Temos, portanto, uma diversidade muito grande na educação e, assim, um grande debate a ser feito por aqui. Acho que podemos contribuir muito no Plano Nacional de Educação. Quero desejar a você, deputada, as boas-vindas ao estado que chamamos de o estado do tereré e do tuiuiú. Seja bem-vinda a Mato Grosso do Sul! Quero, também — em nome da minha presidente do meu sindicato, da Fetems, pois também sou professora — cumprimentar todas as pessoas aqui presentes, todas que participam deste debate tão importante. Vejo que já temos um avanço, e, ouvindo as pessoas da Mesa, percebo que a maioria vem da escola pública, tem histórico na periferia e conhece a

realidade da escola pública. Isso é um ponto muito importante, porque vivemos o dia a dia da realidade da educação. Acho que isso faz toda a diferença no debate educacional. E penso que este debate, aqui hoje, é muito importante e necessário, uma vez que temos grandes desafios na educação para debater e implementar no Plano Nacional de Educação. Uma das questões que quero trazer aqui, e aproveito para dizer, Tabata, que sou professora, estava em sala de aula até poucos dias, e tenho feito — como disse aqui o secretário de Estado de Educação — um trabalho de visitar escolas e ouvir a comunidade. Tenho escutado sobre educação a partir das necessidades de professores, servidores administrativos e também das mães e famílias que vivem na periferia. Venho trabalhando insistente nesse sentido, visitando comunidades indígenas e quilombolas, para ouvir tanto quem está na escola quanto quem está fora. Assim, podemos pensar a educação sob esse viés. Nesse sentido, algumas pautas têm me trazido preocupação. Uma delas é o processo de municipalização da educação, que tem transferido responsabilidades da educação estadual para os municípios. Venho de uma cidade onde há uma grande sobrecarga na educação, faltam vagas para as crianças na educação infantil e no primeiro ano do ensino fundamental. Trata-se de uma cidade em crescimento, que tem suas especificidades, mas o processo de municipalização sobrecarregou excessivamente a rede. Hoje, enfrentamos problemas sérios: salas de aula superlotadas, professores adoecendo, e a impossibilidade de oferecer aulas de qualidade nas condições atuais. Por isso, o plano precisa trazer como meta garantir, de forma equitativa, a divisão de responsabilidades entre estados e municípios. Outra questão que escuto frequentemente, principalmente dos professores e do sindicato, é a preocupação com o processo de terceirização da educação. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, a educação profissional está inteiramente terceirizada. Quando conversamos sobre a qualidade desse modelo, obtemos a mesma resposta em todos os lugares: há muita preocupação, e ninguém acredita que avançaremos na qualidade da educação por meio desse modelo de terceirização e privatização. Pelo contrário, terceirizações e privatizações são sinônimos de precarização do trabalho. Os professores têm manifestado grande preocupação com essa situação. Também vejo um problema na privatização da educação infantil no meu município, especialmente por meio de "vouchers", porque as escolas já não são suficientes, não há vagas suficientes. Quando os casos chegam ao Judiciário, a solução tem sido a compra de vagas, por meio de "vouchers" em unidades privadas de educação infantil. Isso aponta um outro desafio que precisamos enfrentar: implementar a educação integral. Precisamos garantir educação integral na educação infantil e no ensino fundamental, pois acredito que poderíamos avançar muito mais com isso, tanto no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Idb) quanto na qualidade geral da educação. Além disso, precisamos garantir imediatamente a realização de concursos públicos. No mínimo, 90% da categoria deveria ser concursada, pois é por meio de uma equipe efetiva que conseguimos manter a continuidade e a qualidade do trabalho na comunidade escolar. Um professor efetivo, um servidor administrativo, uma merendeira ou uma pessoa da limpeza efetiva conhece cada aluno, sua história, a comunidade; ela constrói laços com aquele local. O trabalho, assim, é realizado de forma diferente. Portanto, uma escola pública com garantia de concurso público é fundamental. Há muitos outros pontos que as pessoas irão trazer aqui, mas gostaria de

destacar também a necessidade de garantir qualidade de vida e saúde para os trabalhadores da educação. A deputada Tabata mencionou a questão da saúde mental, e, na educação, isso representa um grande desafio. Falar de saúde mental já não é tabu, pois é algo discutido nas salas de aula e nas salas dos professores. É raro encontrar alguém que não tenha passado por um psiquiatra, que não esteja ou já tenha sido medicado. Essa é a realidade atual da educação, e é extremamente preocupante. Precisamos enfrentar isso e garantir uma educação de qualidade, com qualidade de vida e saúde para os trabalhadores. Encerro aqui minhas contribuições, e acredito que nós vamos ter um debate muito importante aqui, e que essas ações sejam realmente implementadas no Plano Nacional de Educação, para que a gente tenha uma escola pública, gratuita, estatal, de qualidade e laica. Porque, como alguém já disse aqui, hoje as professoras têm medo de dar aula de História e as professoras de Ciências têm medo de falar sobre o corpo humano, porque há sempre alguém questionando o trabalho delas. Esse plano nacional tem que dar resposta a isso, tem que obrigar as escolas a fazerem seu trabalho da forma como ele tem que ser feito e dar segurança também para os professores e professoras. Na medida em que deixamos de trabalhar aquilo que nós temos que trabalhar, estamos vendo, também na saúde, o aumento das doenças, das DSTs, o aumento do HIV. Isso acontece porque não falamos mais sobre esse assunto na escola, pois virou tabu. Tudo isso virou tabu. Nós temos que desmontar esse modelo e voltar a ter uma escola autônoma, democrática, que debata os assuntos de interesse da comunidade, e que isso esteja dentro do processo educacional. Então, parabéns por esse seminário e que a gente consiga avançar. Obrigada.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Queria registrar também a presença da professora Maria Diogo, que é vereadora em Três Lagoas, presidente da Comissão de Educação e Cultura de Três Lagoas e presidente do Sindicato de Educação de Três Lagoas. Eu vou passar agora a palavra para o nosso companheiro e amigo, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO ESTADUAL PEDRO KEMP - PT/MS (segundo-secretário da Alems) — Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Quero economizar nos cumprimentos dos componentes da Mesa, saudando a todos e a todas na pessoa da nossa deputada Tabata Amaral, que visita o nosso estado. Quero parabenizá-la, Tabata, porque você não errou o nome do nosso estado. Fiquei observando isso, e é por isso que sou um defensor da mudança do nome do estado. A gente fica muito irritado quando alguém chega aqui e fala "Mato Grosso", porque nós somos Mato Grosso do Sul. Quero cumprimentar o deputado Dagoberto, o deputado Geraldo Rezende e a deputada Camila Jara. Fiquei preocupado quando ela sentou aqui do meu lado; ultimamente ela anda muito nervosa lá na Câmara. Mas, acho muito importante este momento de debate do Plano Nacional de Educação e que ele seja votado o quanto antes, para que tenhamos um novo Plano Nacional de Educação para mais dez anos. O último plano aprovado, em 2014, expirou no ano passado e teve sua vigência prorrogada por conta do descaso do governo anterior com esse importante instrumento que nós temos para fazer avançar a educação no país.

Tivemos, então, um atraso e uma desconsideração em relação às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Avançamos em alguns pontos, mas, por isso mesmo, deixamos de avançar em outros. Avançamos porque houve o compromisso dos gestores municipais e estaduais, que fizeram com que algumas metas do Plano Nacional de Educação fossem cumpridas. Gostaria de dizer que vivemos aquele período sombrio, no governo passado, de negacionismo, negação da ciência e terraplanismo. E ontem, na UEMS, inclusive, em um debate, alguém falou sobre o período da "pós-verdade". Aquilo que já era pacífico, considerado como uma verdade, de repente começou a ser questionado, como se estivéssemos voltando à Idade Média. "Será que a Terra é plana ou redonda?" Com isso, houve um descaso com a ciência e o avanço do conhecimento sistematizado pela humanidade. Tivemos grandes retrocessos. Lembro que, nesse período sombrio, surgiram propostas a partir do chamado movimento "Escola sem Partido", que protocolou, em muitas câmaras de vereadores e aqui na Assembleia Legislativa, projetos de lei que nós chamamos de "projetos da mordaça". Esses tinham o objetivo de impedir ou dificultar que os professores discutissem com seus alunos assuntos ligados à vida deles, como, por exemplo, a questão da sexualidade. Quiseram retirar do Plano Nacional de Educação a palavra "gênero", "identidade de gênero". Um atraso tão grande na concepção e no pensamento! As pessoas queriam impedir que os professores dessem aula sobre política, sobre sexualidade e sobre tantos assuntos importantes para a vida dos alunos. Então, foi esse período sombrio de retrocesso que nós superamos. Mas ainda temos resquícios que tentam impedir que o país continue avançando. Parabéns a vocês, deputados federais, que ontem desocuparam a Mesa da Câmara para dizer aos fascistas: "Deem licença, que o Brasil continua querendo crescer, avançar, defender a democracia e tem muitas pautas importantes para serem votadas." Estamos com vocês, parabéns! O país não pode se render aos interesses de uma pessoa ou de uma família e paralisar todos os projetos que são importantes para a vida do povo brasileiro. Acho que minha colega deputada Gleice já apontou algumas coisas que eu gostaria de pontuar, mas, deputada Tabata, é muito importante que o novo Plano Nacional de Educação estabeleça as novas metas que precisamos alcançar na próxima década. Contudo, é importante termos clareza de que, se hoje temos escolas com ar-condicionado, reformadas, bonitas e etc., ainda enfrentamos alguns problemas preocupantes, como, por exemplo, a precarização do trabalho dos professores, através desses contratos precários que existem e a não realização de concursos públicos. Precisamos de professores que tenham carreira, que possam se especializar e se dedicar ao ensino, dando continuidade ao trabalho, e não que, todo ano, tenham que lutar novamente para serem contratados. Esses contratos precários, como é o caso aqui no estado, com a convocação de professores, são preocupantes. Sem falar na diferença salarial. Hoje, temos, com muito orgulho e resultado de muita luta do nosso sindicato, um dos melhores salários do Brasil para professores efetivos. Mas não podemos esquecer que uma grande parte dos nossos professores é contratada e recebe salários muito reduzidos em relação aos efetivos. Essa situação também prejudica a qualidade do ensino em nossas escolas. Queria dizer que, quando se trata de educação inclusiva — sou da área da Educação Especial, trabalhei seis anos como psicólogo nesta área —, não existe educação inclusiva ou educação especial sem uma equipe especializada para oferecer

apoio pedagógico especializado nas escolas. Quantas vezes ouvimos professores relatando que têm vários alunos com deficiência matriculados, pois hoje há uma grande diversidade no alunado da Educação Especial?! E esse professor precisa de apoio especializado. Sem isso, ele não consegue dar conta. Realizamos uma audiência pública sobre o Plano Nacional de Educação — inclusive, registro aqui a presença da professora Andreia Militão, que fez uma excelente exposição para nós sobre o plano, em parceria com a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems). Durante essa audiência, tivemos o depoimento de uma professora que dizia ser arranhada, chutada e agredida diariamente por um aluno com autismo em sua turma. Pergunto: como essa professora lida com essa situação sem apoio especializado? Ela nos disse: "Estou cansada de apanhar. Eu não vou recusar ser professora desse aluno, mas preciso de socorro." Situações como essa mostram que, embora eu defende a educação especial e a educação inclusiva, os professores precisam de apoio e condições adequadas para realizar esse trabalho. É importante também falarmos da educação escolar indígena, que deve ser diferenciada e específica, assim como da educação quilombola. Além disso, precisamos retomar a educação de jovens e adultos, que sofreu uma redução nos últimos anos quanto à quantidade de salas destinadas à formação desse público. Muitos trabalhadores que perderam a oportunidade de estudar na idade adequada querem, hoje, retornar aos bancos escolares e sonhar, inclusive, com o ensino superior. É uma pauta muito relevante. E, por fim, já foi mencionado aqui, mas vale reforçar a importância da educação da primeira infância, a educação infantil, que tem uma grande demanda aqui na nossa capital e em muitos municípios do interior. Essa é uma meta que deve ser prioridade absoluta, até porque, ao garantir a educação infantil, já criamos uma perspectiva de sucesso para essas crianças nos anos posteriores nas escolas. E, para finalizar, acredito que a deputada Tabata já fez referência aqui a esses programas, mas, ao lado das políticas educacionais, as políticas de inclusão, permanência e sucesso dos alunos na escola são fundamentais. Quando falamos em programas como o "Pé de Meia", que investe na educação e na permanência do jovem no ensino médio, e em outros programas sociais que ajudam os segmentos mais vulnerabilizados, estamos, na verdade, dizendo que oferecemos condições para que essas pessoas possam estudar e sonhar com seu futuro. Portanto, ao lado das políticas educacionais, é essencial termos políticas sociais que promovam a dignidade do nosso povo. Muito obrigado.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Agora eu vou passar a palavra para a professora Deumeires, presidente da Fetems. A palavra é sua.

SENHORA DEUMEIRES BATISTA DE SOUZA RODRIGUES DE MORAIS (presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação - Fetems) — Obrigada, Dagoberto. Quero cumprimentá-lo pela realização deste seminário e dar as boas-vindas à nossa deputada Tabata. Cumprimento também nossa plenária, em nome de todos os trabalhadores e trabalhadoras em educação, presidentes do Sindicato dos Trabalhadores

em Educação (Sinted), diretores e diretoras da Fetems que estão presentes neste importante momento de debate do Plano Nacional de Educação. Cumprimento também todos os demais integrantes da Mesa. Quero ressaltar a importância deste seminário em oportunizar o debate do Plano Nacional de Educação para representantes das entidades sindicais, instituições ligadas à educação e diversos setores da sociedade civil. Estamos trabalhando em mais uma etapa da construção do PNE, que é o debate com os parlamentares que terão a responsabilidade de garantir a aprovação de um documento que realmente assegure uma educação pública de qualidade, que promova sua laicidade, gratuidade, democracia, e que também garanta o acesso e a permanência das alunas e dos alunos nas unidades escolares. A Fetems, junto com seus setenta e quatro sindicatos municipais filiados, unidos ao Fórum Estadual de Educação, ao Conselho Estadual de Educação, às universidades e aos movimentos sociais, realizou as Conferências Nacionais de Educação (Conaes) em Mato Grosso do Sul, e participou da Conae nacional, que nos permitiu referendar um documento que protocolamos junto ao Governo Federal. As Conaes foram realizadas sob o espírito de esperança na retomada e restabelecimento da democracia e no respeito às entidades e instituições constituídas, que haviam sofrido o desmonte desde o golpe que tirou do cargo a presidente Dilma, democraticamente eleita. Infelizmente, vivemos seis anos de muitos retrocessos, com os cortes nos investimentos em educação, ataques à democracia, entre tantos outros. A Fetems, juntamente com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e demais entidades sindicais de todo o país, trabalhou intensamente na construção desse documento. E agora estamos apresentando mais de cem emendas aos nossos deputados federais, que serão protocoladas para vocês, a fim de retomar a formatação original do documento aprovado na Conae nacional e que, por algum motivo, foi desvirtuado durante o processo. Quero aqui também ressaltar alguns pontos: a garantia da gestão democrática nas unidades escolares, sem interferências externas, como projetos de escolas cívico-militares, ensino domiciliar ("home schooling") e similares. Também destaco a necessidade da garantia do financiamento, com o investimento de 10% do PIB, pois sem financiamento, não há como garantir a valorização dos profissionais da educação. E a valorização, todos sabem, é um dos pilares para a construção de uma educação pública de qualidade. Além disso, é fundamental o investimento, para que possamos manter a formação continuada, realizar melhorias estruturais, investimentos tecnológicos e atender tantas outras demandas essenciais para garantir a permanência nas unidades escolares. Também é necessário manter a meta de pelo menos 90% dos profissionais concursados. Essa ação visa barrar e diminuir o avanço das terceirizações, que estão se espalhando pelo Brasil e precarizam a mão de obra e as condições de trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação. Defendemos ainda a garantia da educação ambiental, das políticas de gênero, incluindo diversidade e LGBTQIAPN+, direitos humanos, justiça social, enfim, uma educação inclusiva na sua totalidade. Isso significa incluir alunos com deficiência, mas também alunos negros, indígenas, imigrantes, ribeirinhos, construindo uma escola para todos, todas e "todes". Sigamos firmes e fortes na defesa da educação pública de qualidade e na construção de uma sociedade mais democrática e mais igualitária, que é o sonho de todos nós. Muito obrigada e parabéns pela realização deste seminário.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Muito bem, Deumeires. Vamos agora, rapidamente, passar a palavra para a conselheira Celi Corrêa, presidente do Conselho Estadual de Educação.

SENHORA CELI CORRÊA NERES (presidente do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul) — Boa tarde a todos e a todas. Quero parabenizar o deputado Dagoberto e agradecer pela realização deste seminário tão importante. Agradeço também a presença da deputada Tabata, em nome de quem eu cumprimento toda a Mesa. Quero fazer um cumprimento especial ao conselheiro Paulo César, que é vice-presidente comigo no Conselho Estadual de Educação. Em seu nome, conselheiro, cumprimento todos os conselheiros estaduais de educação, que abriram mão da sessão plenária de hoje para estarem aqui, nesse debate tão relevante. O Conselho Estadual de Educação está à frente, juntamente com o Fórum Estadual de Educação. Aproveito para agradecer e parabenizar todos e citarei o conselheiro Univan, que também faz parte do nosso conselho. Ele, assim como o Fórum e a Secretaria de Estado Educação, na pessoa do professor Davi, que também é conselheiro do Conselho Estadual de Educação, tem encampado conosco esse trabalho de coordenação estadual para a elaboração do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. Cumprimento também todos os secretários de educação e os prefeitos e faço um pedido, aproveitando esta oportunidade de fala, para que os vereadores, como o vereador Jean e o vereador Juari, mobilizem os seus municípios para participarem do processo de elaboração do Plano Estadual de Educação. Vejo aqui também o Jairo, que é presidente do Conselho Municipal de Educação, e a ele faço o mesmo apelo: que mobilize os conselhos municipais de educação, os prefeitos e os secretários municipais para que se unam a nós nesse trabalho tão importante. Quero destacar também a presença da professora Andréia, que é uma grande parceira nessa discussão. Ela é professora comigo na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e essa universidade tem sido protagonista desde a elaboração do último plano. A universidade sempre esteve presente no trabalho de monitoramento do plano. Mato Grosso do Sul — ao contrário de muitos estados que, durante o desmonte que vivemos no governo anterior, deixaram de realizar o monitoramento por falta de financiamento do Governo Federal e do Ministério da Educação — optou por manter o compromisso. Quero agradecer especialmente à professora Cecilia, pela gestão séria e pelo compromisso que demonstrou, enquanto secretária de Estado de Educação, que manteve o monitoramento do Plano Estadual de Educação. Estamos agora no processo de elaboração do diagnóstico e, se não houvesse esse monitoramento, teríamos ainda mais dificuldades na construção desse diagnóstico para pensar no nosso Plano Estadual de Educação. Quero também aproveitar esta fala para fazer um apelo à deputada Tabata, pedindo que não deixe de assegurar todas as discussões realizadas na base para a elaboração desse projeto. Embora saibamos que, em grande parte, essas discussões tenham sido abandonadas, como a professora Deumeires tão bem pontuou, precisamos da aprovação do projeto de lei. Precisamos também assegurar a continuidade da política pública mais importante que este país possui, pois, sem um Plano Estadual de Educação, nossa luta enfraquece. Nosso planejamento educacional, tanto no Brasil quanto

nos estados e municípios, se fragiliza. Toda a discussão que realizamos na Conae — onde o Conselho Estadual esteve presente —, bem como no Fórum Estadual de Educação, foi essencial. Estivemos presentes em todas as Conaes e também na Conape, para garantir uma ampla discussão deste novo projeto de lei que está lá e que, infelizmente, tem deixado para trás muitas das nossas discussões. Quero agradecer, parabenizar mais uma vez, e dizer que já estamos trabalhando na construção deste diagnóstico. No dia 2 de outubro, deputado, realizaremos o "Dia D" da discussão do Plano Estadual de Educação e, com isso, quero aproveitar para fazer um convite a todas e todos que estão aqui. Reforço nosso convite e desejo que continuemos juntos por uma educação de qualidade social e socialmente referenciada, pois é nisso que acreditamos.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Muito bem. Agora, por último, aqui na Mesa, convido a procuradora de justiça, doutora Vera Aparecida Cardoso, que é coordenadora do Núcleo de Educação do Ministério Público.

SENHORA VERA APARECIDA CARDOSO (coordenadora do Núcleo de educação do Ministério Público) — Senhor deputado federal Dagoberto Nogueira, através do qual saúdo os demais integrantes desta Mesa, é com imensa satisfação que recebi o convite. Falo em meu nome, como procuradora de justiça e coordenadora do Núcleo de Educação, e também represento o procurador-geral de justiça, doutor Romão Ávila, que já tinha outro compromisso assumido e não pôde comparecer. O Ministério Público já atua há muito tempo na área de educação. Sou coordenadora desde 2020 e destaco o trabalho realizado com a sempre presente secretaria de Estado de Educação, também aqui presente. Atuamos muito no retorno às aulas presenciais no Estado de Mato Grosso do Sul. Estávamos no auge da pandemia, caminhando para o fim da pandemia causada pela Covid-19, com todas as escolas fechadas — públicas estaduais, municipais ou particulares —, crianças estavam em casa, enfrentando dificuldades, muitas vezes com familiares adoecidos. Sabemos que a educação é fundamental, e a educação remota não supriu a educação presencial. Minha estimada amiga Cecília, eu me lembro que, naquela época, nos aproximamos muito. Conseguimos criar uma busca ativa escolar envolvendo toda a rede estadual de ensino, com quase quatrocentas escolas, e o Ministério Público Estadual. Com o sistema on-line desenvolvido sob a gestão da secretaria Cecília e do então governador Reinaldo Azambuja, a quem sou eternamente grata, implementamos essa ação. Eu lembro até a data: 7 de fevereiro de 2022, quando fizemos o evento oficial na Governadoria. Essa busca ativa escolar contou com a participação do Conselho Tutelar, e ela existe até hoje. E a gente está trabalhando junto com o secretário Hélio Daher, que também é um parceiro firme do Ministério Público e da educação, no sentido de levar esse sistema on-line de busca ativa escolar para os municípios. Nós precisamos das nossas crianças e adolescentes nas escolas, e não em casa. Com base nesse sistema de busca ativa escolar, conseguimos controlar a evasão escolar. Eu, como coordenadora do núcleo da educação, informo que temos dentro desse núcleo um procedimento de gestão administrativa relacionado à educação infantil, creche e pré-escola. Esse painel de Business Intelligence (B.I.), que foi

desenvolvido pela Secretaria de Planejamento do Ministério Público, é um mapa eletrônico recarregado diariamente pelo núcleo da educação com base nas informações trazidas. De antemão, agradeço aos gestores municipais, secretários municipais de educação e prefeitos que são, sim, parceiros do Ministério Público e da Secretaria de Estado de Educação. O Ministério Público está firme nesse caminho. Com relação ao plano decenal, o Projeto de Lei nº 2614/2024, fiz até uma pesquisa. Esse projeto define objetivos, metas e estratégias para o acesso à educação infantil. O primeiro objetivo é ampliar a oferta de matrículas em creches e universalizar as pré-escolas. Efetivamente, precisamos ampliar essa oferta de matrículas tanto em creches quanto em escolinhas particulares e universalizar a pré-escola. A oferta de educação infantil vai desde o nascimento do bebê, de zero meses até três anos, onze meses e vinte e nove dias. A partir dos quatro anos, entra na educação básica, que é obrigatória. Na meta um desse objetivo, no sentido de ampliar a oferta de educação infantil, busca-se atender, no mínimo, 60% das crianças de até três anos ao final da vigência do Plano Nacional de Educação. Contudo, faço uma sugestão à deputada federal Tabata e aos outros deputados presentes aqui: se houver possibilidade de alteração, sugiro que se trabalhe para atender 100% dessas crianças de até três anos ao final da vigência do Plano Nacional, pois sem isso, não resolveremos essa situação. Aqui, em Mato Grosso do Sul, devido ao trabalho do Ministério Público — do qual faço parte no núcleo com cinquenta e cinco promotores e promotoras de justiça da Infância e Adolescência, juntamente com secretários municipais de educação e prefeitos —, estamos trabalhando para reduzir esse déficit. Quando começamos esse trabalho e implantamos o painel B.I. e outros procedimentos, o déficit em Campo Grande era de doze mil vagas em creches. Hoje, com todo o trabalho realizado e a intervenção resolutiva do Ministério Público, esse déficit foi reduzido para quase cinco mil vagas. Com relação à pré-escola, praticamente todos os municípios estão com excedente de vagas, pois é obrigatório para as crianças de quatro a seis anos. No entanto, no caso das creches, muitos municípios ainda têm déficit. E a creche precisa priorizar, na lista de espera, as famílias mais vulneráveis, aquelas sem condições de arcar com uma escolinha particular, que pode custar de quinhentos ou seiscentos reais até três mil reais por mês. Essa não é a realidade de muitas famílias. Esse trabalho está sendo conduzido pelo Ministério Público. Posso, depois, apresentar o painel B.I., por ser um instrumento público, o qual alimentamos diariamente com base nas informações fornecidas pelos próprios gestores públicos. Agora, vamos realizar um trabalho com os colegas que atuam na área da Infância e Adolescência no interior. São cinquenta e cinco comarcas e setenta e nove municípios. Por exemplo, minha primeira comarca, em 1992, foi Bela Vista, mas eu também atendia Caracol, que era município, enquanto a comarca era Bela Vista. Então, vamos trabalhar junto aos colegas no sentido de listar os cartórios de registro civil de nascimento de crianças a cada semestre, para sabermos o número de nascidos vivos. Vimos que, atualmente, na certidão de nascimento de qualquer nascido vivo já constam o número do CPF. Na minha época isso não acontecia, nem na época dos senhores. Com isso, teremos mais controle sobre a questão da natalidade e do número real de crianças que precisam ser encaminhadas para creches. Além disso, há outros pontos que também li, como a questão da educação inclusiva, que precisa ser melhorada e fortalecida. Quero fazer aqui um elogio ao atual secretário de Estado de Educação, Hélio Daher. Esse trabalho

já vinha sendo desenvolvido desde a gestão da então secretária Cecilia, e o Hélio Daher conseguiu implementá-lo ainda mais. O Estado de Mato Grosso do Sul é um modelo para outros estados da federação com relação à qualidade da educação inclusiva ou educação especial. Muitas famílias que possuem recursos para matricular filhos com síndrome de Down ou outras condições em colégios particulares optam pela rede pública, porque ela oferece uma qualidade que, infelizmente, muitas vezes, faltam às escolas particulares. Fico muito feliz em estar aqui hoje representando o Ministério Público e faço esse registro da parceria que, desde a época da secretária Cecilia, tem sido marcante. Assim como o secretário Hélio, formamos laços de amizade devido à dedicação e à humanidade que ambos demonstram em suas atuações. São profissionais que trabalham com a maior seriedade no dia a dia e retornam esses esforços à sociedade, por isso, somos parceiros. Complementando, fazemos parte do Programa da Primeira Infância, do Tribunal de Contas, sob a liderança do conselheiro Jerson Domingos, que deu início a essa iniciativa enquanto era presidente, há mais de um ano. O Ministério Público foi convidado e, desde então, firmamos uma parceria com o Tribunal de Contas. Trata-se de uma ação conjunta que envolve também o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública e os gestores municipais. Atuamos no Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), que prevê metas e direções para os próximos dez anos. Dos setenta e nove municípios do estado, faltam somente sete para encaminhar seus respectivos planos municipais ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público. Então, é isso. Estamos à disposição. Muito obrigada.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Bom, pessoal, agora vou fazer um apelo. Nós vamos ouvir as pessoas que se inscreveram para apresentar sugestões à deputada Tabata. Vou fazer uma observação: a deputada tem horário; ela precisa sair daqui às 17h. Podemos, excepcionalmente, estender até 17h15min, mas, para conseguirmos ouvir todos, peço que utilizem cerca de dois minutos, pois temos trinta e sete pessoas inscritas para dar sugestões, e queremos ouvi-las. Conto com a compreensão de todos. Vamos começar com o senhor Onivan de Lima, coordenador do Fórum Estadual de Educação e vice-presidente da Fetems. Antes de sua fala, gostaria de registrar a presença da vereadora Luísa. Obrigado por sua presença.

SENHOR ONIVAN DE LIMA CORREA (secretário-geral da Fetems) — Primeiramente, boa tarde a todos, todas e "todes". Sou Onivan, coordenador do Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e vice-presidente da Fetems. Em nome da professora Mariuza, quero agradecer aos demais membros que também fazem parte do Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. Quero saudar, em nome do deputado Dagoberto, que é o nosso coordenador estadual, todas as autoridades presentes. Saúdo também, em especial, a professora Deumeires, nossa referência no movimento sindical, na luta e na defesa da educação pública, além de cada presidente de sindicato que está aqui hoje participa deste momento único para debater e contribuir com esse processo tão importante. Eu tinha preparado a leitura dos objetivos gerais, mas, devido ao tempo, prefiro deixar os documentos para que possam ser lidos posteriormente. O objetivo era dar

respaldo ao conteúdo da minha fala. Além disso, também quero relatar o que está sendo feito aqui, em Mato Grosso do Sul, pelo Fórum Estadual de Educação. Já prorrogamos o plano e estamos elaborando e discutindo o Plano Estadual de Mato Grosso do Sul. Nós já temos treze grupos que estão realizando a discussão do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. Já fizemos uma oficina presencial com base nas orientações do MEC. É importante lembrar dessa coordenação compartilhada, pois já temos uma resolução da Secretaria de Estado de Educação (SED), da qual participam a própria SED, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, o Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, o Sindicato Nacional das Escolas Particulares (Sinep), a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) e o Conselho de Reitores de Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul (Crie). Essas entidades representam todas as categorias de trabalhadores e organizações que fazem parte do processo de discussão da educação no estado; e estamos avançando nesse debate. Um ponto que queremos destacar no documento é que enfrentamos um problema sério em Mato Grosso do Sul, que advém do último plano: garantir e cobrar, nesta lei, a criação dos fóruns municipais de educação, porque, atualmente, temos pouquíssimos fóruns municipais. Mato Grosso do Sul manteve essa estrutura graças à compreensão da nossa então secretária, à época, Maria Cecilia, que — em um momento de desmonte em vários estados — preservou os fóruns municipais de educação. Enquanto outros estados destituíram esses fóruns, aqui, devido à relação do Fórum Estadual com as entidades, universidades e sindicatos, a secretária manteve toda a estrutura. Tanto que fui reeleito no Fórum e represento o movimento sindical do Mato Grosso do Sul, porque é um processo democrático e autônomo. É essencial criarmos e garantirmos que cada município tenha seus fóruns municipais, justamente para assegurar autonomia. Muitos pontos que foram apresentados pela professora Deumeires, pela deputada Gleice e pelo deputado Pedro Kemp já reverberam aquilo que defendemos no fórum. Da mesma forma, a professora Celi, que também faz parte do Fórum e do Conselho Estadual de Educação, trouxe contribuições contempladas nas propostas. Tenho certeza de que as demais entidades que se manifestarão aqui apresentarão outros pontos relevantes. Para nós, é importante a criação dos fóruns municipais, para garantir o debate, a autonomia e a participação. Um forte abraço a todos e obrigado pelo espaço.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Muito bem. Vou pedir a todos que façam como ele e respeitem os dois minutos, está bem? Agora vou chamar a professora Mariete Félix Rosa. Mariete, você tem dois minutos.

SENHORA MARIETE FÉLIX ROCHA (professora) — Boa tarde a todos e a todas. Eu sou representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e faço parte do comitê de Mato Grosso do Sul. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação possui comitês em todos os estados do Brasil, e temos participado de todos os seminários e eventos. A deputada Tabata já recebeu o nosso caderno de emendas, e hoje estou aqui

para entregar esse mesmo documento para o deputado Dagoberto. Gostaria de destacar algumas questões que temos pontuado nesse caderno. Primeiro, a necessidade de preservar tudo o que foi discutido na Conae. A professora Deumeires e a Celi já mencionaram isso aqui, então não vou me alongar, mas quero ressaltar que, por não estarmos atentos ao que foi debatido e acordado na Conae, acabamos com tantas emendas. No total, tivemos três mil e sessenta e oito emendas dos deputados. Eu li todas essas emendas, separei as duzentas e setenta e sete específicas da educação infantil, identificando o que era pró-direito e o que não estava relacionado ao direito. Fizemos esse trabalho através da Campanha Nacional, em parceria com outras entidades, e organizamos tudo isso. Trouxemos essas emendas porque elas buscam resgatar pontos que foram retirados do processo da Conae e das discussões realizadas com a ampla participação de professores e outras pessoas envolvidas. Entre essas propostas, podemos destacar as cem emendas da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). A campanha tem uma composição que inclui a CNTE, a Undime, a Uncme e outras entidades. Também contamos com contribuições de áreas como educação do campo, tecnologia, direitos humanos e ensino integral. Então é interessante retomarmos essas discussões. Por último, eu gostaria de trazer uma questão importante que temos destacado: a justiça climática, que saiu do documento da Conae, mas precisa voltar para o novo documento. Também, a discussão sobre o CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial) e o CAQ (Custo Aluno-Qualidade), que tem sido amplamente debatida nas últimas semanas, porque existe a possibilidade de retirar alguns pontos ou de rediscutir aspectos que já foram colocados na Constituição e que garantem os insumos necessários para a educação. Inclusive, esse é um dos pontos tratados pelo deputado Dagoberto em uma de suas emendas. De Mato Grosso do Sul temos três emendas do deputado Dagoberto e trinta e três do deputado... [Esqueci o nome]. Ele é lá de Dourados. Depois vou me lembrar. Quero entregar a vocês o caderno, mas preciso dele aqui. Quem está com ele, por favor, traga para mim. É isso.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Bom! Mariete, posso chamar outro? Vou chamar agora a Silvana Ramirez, da Undime.

SENHORA SILVANA RAMIREZ — Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o deputado Dagoberto e a deputada Tabata. Tive o privilégio de participar do Fórum Nacional de Educação, onde ouvi sua fala, deputada, e gostei muito. Falo aqui em nome da Undime, para reforçar que os municípios estão comprometidos com a educação pública e de qualidade. Mas é fundamental que o novo Plano Nacional de Educação traga metas exequíveis e bem financiadas, com o fortalecimento do regime de colaboração entre a União, os estados e os municípios. Defendemos que o próximo plano continue valorizando os profissionais da educação, com formação, carreiras e salários dignos, cumprindo também o CAQi e o CAQ, assegurando os recursos mínimos por aluno com base na qualidade que queremos entregar. É necessário enfrentar as desigualdades regionais, ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola e garantir acesso permanente e aprendizagem para todos. Finalizo reiterando que, em Camapuã, assim como em todos os outros municípios

sul-mato-grossenses, fazemos educação com coragem, compromisso e responsabilidade. Queremos que o novo PNE seja construído com base nas vozes de quem está no chão das escolas e na gestão cotidiana das redes públicas. A Undime está à disposição para contribuir de forma técnica, colaborativa e comprometida com a construção de um Brasil mais justo por meio da educação. Muito obrigada!

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS — Muito bem. Obrigado, Silvana. Vou chamar agora a Isabela Nantes, presidente do Conselho Estadual da Juventude.

SENHORA ISABELA NANTES (presidente do Conselho Estadual da Juventude) — Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes! Eu sou Isabela, do Conselho Estadual da Juventude, e quero pedir licença, pois acredito que sou uma das poucas aqui que não são da área de educação. Sou advogada, "pró-unista", e miltio na defesa dos direitos da juventude. Talvez eu não tenha o conhecimento técnico tão aprofundado quanto vocês, mas trago demandas da juventude do Estado de Mato Grosso do Sul, coletadas a partir das conversas que tivemos desde que soubemos desta agenda. O primeiro ponto, e serei muito direta aqui, é sobre a educação escolar indígena em terras de retomada. Muito se discute sobre a educação escolar indígena e, após muita luta, conseguimos implementar novas escolas indígenas nas terras que já estão demarcadas. Porém, precisamos falar sobre o processo das retomadas, que dura, em média, vinte anos. Isso representa um ciclo educacional completo. Precisamos garantir educação para essa juventude que não está acessando a educação escolar indígena e acaba sendo levada para outras escolas que não possuem um referencial curricular indígena. Outro ponto, é que eu também miltio na causa das mães atípicas, e elas pediram fala, mas eu quero garantir e reforçar o que foi mencionado pelo deputado Pedro Kemp sobre a necessidade da garantia da formação em nível superior para os acompanhantes de crianças e alunos com deficiência. Minha mãe é professora e já acompanhou crianças atípicas, além de outras com neurodivergências. É muito desafiador lidar com essa realidade, especialmente no preparo de materiais pedagógicos específicos, enquanto já está encarregada de outras trinta e cinco crianças. Por outro lado, muitas vezes, a profissional de apoio carece de uma formação técnica adequada para estar ali. Por isso, acredito ser fundamental registrar essa preocupação. Outro ponto que destaco é a necessidade de ampliação dos recursos para a educação infantil. Sabemos que há um debate sobre a redução desses recursos, mas como avançar e falar sobre profissionais como nutricionistas e psicopedagogos na educação infantil, se ainda precisamos discutir o orçamento? Quero citar, como referência, uma pesquisa do economista James Heckman, que aponta que, a cada um real ou um dólar investido na educação infantil, há um retorno de sete a dez no futuro. Então, precisamos olhar com mais atenção para essas crianças. Quando falamos sobre educação infantil, conectamos a discussão à garantia de acesso e permanência das jovens mães nos espaços de educação, seja no ensino fundamental, médio, superior ou até na pós-graduação. Recentemente, foi aprovada pelo Governo Federal uma política específica para as mães cientistas, mas também é preciso olhar para as jovens que, infelizmente, enfrentam uma gravidez precoce.

na adolescência. Fiz um estudo sobre dados relacionados a essa realidade: em 2016, 16% das meninas abandonaram a educação por causa da gravidez precoce. Em 2023, esse número subiu para 23%. Isso mostra um agravamento da evasão escolar entre jovens mães. Já pautei na Conferência Nacional de Juventude, na Conferência Municipal de Mulheres e, agora, neste espaço, estou pautando a necessidade de atenção a essas mães. Após engravidarem, muitas abandonam a escola e nem tentam alcançar o ensino superior, pois não se sentem aptas. A política educacional atual, apesar da boa vontade dos educadores, nem sempre permite que elas acompanhem o processo educacional em condições iguais às de suas colegas de idade, especialmente no ensino fundamental e médio. Encerrando minha fala, quero dizer que eu sou fruto da educação, deputado. Minha avó, uma mulher preta, órfã, que precisou vencer muitas adversidades e que teve seu corpo como forma de sustento, sonhava em ser advogada. Graças ao ProUni, eu consegui realizar o sonho dela. Isso me emociona profundamente. Minha avó era copeira na OAB e sonhava em se tornar advogada. Hoje, graças ao programa, eu sou advogada e realizei o sonho que ela tinha. Minha mãe também conseguiu acessar a educação através do ProUni. Quando eu era criança, lembro de acompanhá-la em diversas faculdades. Naquela época, ela não tinha recursos para concluir o curso. Hoje, minha mãe é professora graças ao ProUni. Meu marido, um jovem preto da periferia, também alcançou seu sonho e, hoje, é advogado e assessor da Defensoria Pública, tudo isso graças ao ProUni. Por isso, os programas de acesso e permanência são mais que necessários. Quero agradecer por esse debate e a oportunidade de estar aqui compartilhando minha experiência. Perdão, sou chorona, e todo mundo que me conhece já sabe disso. Obrigada, gente.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Muito bom. Agora, passo a palavra à Mariuza Guimarães, vice-coordenadora e representante da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

SENHORA MARIUZA GUIMARÃES — Boa tarde a todas e todos. É um privilégio estar aqui participando deste momento tão rico para nossa educação. Eu sou educadora há trinta e oito anos, e fico muito emocionada de poder participar dessas discussões que definem as políticas de Estado da educação em nosso país. O Plano Nacional de Educação é um plano, é uma política de Estado que, a despeito de quaisquer governos, nós podemos reivindicar sua execução. Esse plano tem uma importância fundamental para a sociedade brasileira, para que possamos garantir que pessoas, como essa jovem aqui mencionada, possam acessar uma educação de qualidade, se tornarem profissionais, representantes de outros jovens e se manifestarem nesses espaços de representatividade. Quero destacar que, em minha trajetória, tive a oportunidade de participar de todas as Conaes e de coordenar a Conae e a Conape em Mato Grosso do Sul. É fundamental que o Congresso Nacional, neste momento, considere as propostas que emanaram desses espaços, que são representativos, onde a sociedade participa, traz suas demandas e desejos. O Congresso, como representante do povo, precisa respeitar essas decisões. Infelizmente, como já é uma prática consolidada, temos mais de três mil emendas

apresentadas. Além de militante da educação, sou também militante sindical e represento aqui o Sindicato dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Falo em nome do nosso presidente, professor José Roberto Rodrigues de Oliveira, que me incumbiu de trazer nossa fala. Quero afirmar que o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) defende as emendas da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Amped) e também as propostas apresentadas pela campanha que a Mariete já mencionou tão bem aqui. Defendemos a educação como uma política pública para todas, todos e “todes”, com um currículo, um projeto e financiamento específicos, especialmente voltados às crianças e jovens da classe trabalhadora. É um prazer estar aqui presente com vocês, deputado Dagoberto, deputada Tabata, e é muito bom ver a deputada Camila e também a deputada Gleice Jane, além do deputado Pedro Kemp, neste momento tão importante para nós. Obrigada.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Obrigado. Vou passar agora a palavra para a Helena Sá, que é presidente da Associação Campo-Grandense de Supervisores Escolares (ACSE). Helena, dois minutos, por favor.

SENHORA HELENA SÁ (presidente da Associação Campo-grandense de Supervisores Escolares) — Boa tarde a todos. Cumprimento o deputado Dagoberto, e, com sua licença, cumprimento também toda a Mesa. É um prazer estar aqui com vocês. Sou Helena Sá, presidente da Associação Campo-Grandense de Supervisores Escolares. Destaco a nossa participação, enquanto entidade, na Ação Formativa (Afor), que é uma rede nacional que, até o momento, congrega quatro regiões brasileiras. Sua base é formada por associações e sindicatos dos profissionais da educação descritos no inciso II, artigo 61, da LDB, Lei nº 9.394/1996, ou seja, profissionais das áreas de administração, planejamento, supervisão e orientação educacional. A complexidade do ambiente escolar e o fortalecimento da gestão democrática exigem, cada vez mais, a presença de profissionais capazes de acompanhar a prática pedagógica e a formação docente em serviço, como é o caso da supervisão e da coordenação escolar, que acompanham o ciclo de desenvolvimento dos estudantes em sua integralidade, mediando a relação entre a docência, a ciência e a comunidade, e de inspetores escolares, que asseguram o cumprimento da normativa legal e a preservação da historicidade de cada comunidade escolar. A Meta 16 do Plano Nacional de Educação (PNE), de extrema relevância, estabelece o objetivo de garantir formação continuada para todos os profissionais da educação básica. No entanto, sua concretização enfrentou inúmeros desafios: qualidade precária, sobrecarga de trabalho, ausência de incentivos institucionais, entre outros. Dessa forma, considerando a análise da Meta 16, bem como as premissas indispensáveis à formação inicial, formação continuada e valorização dos profissionais da educação previstas no artigo 61, inciso II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, defendemos que a formação desses profissionais seja ampliada, com oferta significativa, especialmente por universidades públicas, tanto em nível de especialização

quanto de mestrado e doutorado, constando de forma explícita no PNE como uma estratégia prioritária. A realização de concursos públicos em todos os entes federativos para o ingresso desses profissionais na educação básica é fundamental, assim como as condições adequadas para o exercício de suas funções. Essas condições são essenciais para o sucesso do Projeto Político-Pedagógico, para a melhoria do desempenho nas avaliações internas e externas, para as orientações de projetos de vida e outros aspectos igualmente importantes. O desvio de funções prejudica toda a comunidade escolar. Destaca-se ainda a necessidade de articulação entre as políticas públicas educacionais e as instituições de ensino superior, de modo que a formação continuada alcance efetivamente esses profissionais. Por fim, reforçamos que os cargos e funções de inspeção escolar, supervisão escolar, orientação educacional, administração e planejamento sejam ocupados por profissionais com formação adequada, conforme previsto nos artigos 64 e 67, parágrafo 1º, da LDB nº 9.394/1996. A Associação Campo-Grandense de Supervisores Escolares, juntamente com a Ação Formativa (Afor), se coloca à disposição para colaborar com estudos, debates técnicos e ações institucionais que visem garantir políticas públicas comprometidas com a análise e as defesas aqui realizadas, assim como com a elaboração do PNE 2024-2034. Muito obrigada pela oportunidade. Um abraço a todos.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Quem tiver documentos por escrito, como o que a Helena leu, e quiser entregar aqui para a Tabata, podem fazê-lo. Ela está juntando esses documentos, especialmente quando são mais detalhados. Eu gostaria de chamar agora a Andreea Militão, da Anfope.

SENHORA ANDREA MILITÃO (Anfope) — Boa tarde a todas as pessoas presentes. Quero, inicialmente, saudar o deputado Dagoberto Nogueira e a deputada Tabata Amaral pela iniciativa. Acreditamos que a realização de audiências públicas seja extremamente importante para ouvir a sociedade. Reafirmo, como alguns colegas que me antecederam já mencionaram, que o documento final da Conae é um ativo poderoso para as lutas e pautas educacionais. Quero também mencionar a Deumeires como uma pessoa de referência nessa luta, junto com meus companheiros de Dourados: o nosso secretário adjunto José Vicente Tardino; a Márcia Volpato, diretora de ensino, e o Fábio Perboni, que é do Fórum Municipal de Educação. Em nome deles, cumprimento e saúdo todas as pessoas presentes. Em nome da Anfope, eu gostaria de trazer uma pauta importante referente à formação e ao trabalho dos profissionais da educação. Dado o tempo limitado que temos aqui, quero destacar o Objetivo 16, e gostaria muito que a Tabata, de forma sensível, junto com os demais deputados federais, entendesse que esse objetivo, como está apresentado no Projeto de Lei nº 2.614/2024, é muito limitante. Ele prevê apenas garantir formação e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação, mas nós entendemos que isso precisa ser ampliado. Reivindicamos a inclusão do termo "valorização dos profissionais da educação", pois essa questão é muito mais abrangente, porque envolve pensar a formação inicial e continuada, carreira, salário, remuneração, condições de trabalho e saúde. Esses elementos são fundamentais para concretizar, de

fato, a valorização desses profissionais. Destacamos também, em relação ao trabalho, que não achamos razoável garantir apenas 70% de vínculo de profissionais da educação via concurso. A Constituição Federal estabelece o vínculo por meio de concurso público e a entrada na carreira pública. Reivindicamos que, no mínimo, 90% dos profissionais da educação tenham vínculo estável com o serviço público. Então, o concurso é fundamental. Vou me ater a esses dois aspectos e parabenizá-los pela proposição desta audiência pública. Encerro por aqui.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Obrigado. Vou passar para Joana Durben, que é coordenadora do Fórum de Educação de Jovens.

SENHORA JOANA DURBEN (Fórum de Educação de Jovens e Adultos de MS) — Quero agradecer, deputado Dagoberto e deputada Tabata. Represento aqui os fóruns de educação de jovens e adultos do Brasil. Hoje, falo em nome desses fóruns e também como representante no Fórum Nacional de Educação. Quero destacar que, no Brasil, temos, atualmente, onze milhões de pessoas não alfabetizadas e setenta milhões de jovens e adultos acima de dezoito anos que não concluíram a educação básica. Esses são jovens, adultos e trabalhadores que, em sua maioria, estão em empregos precários ou na informalidade. O que trago aqui são as vinte e nove emendas que nós, enquanto fóruns de educação de jovens e adultos do Brasil, propomos para serem discutidas nesse novo Plano de Educação. Essas reivindicações foram debatidas em todo o Brasil e entregues como proposições. Entendemos que, como apontou o deputado Pedro Kemp aqui hoje, não dá mais para convivermos com o recuo de trezentos e quarenta milhões de reais em investimentos na educação de jovens e adultos, nem com a precarização da formação inicial e continuada dos profissionais dessa área. É nesse contexto que estamos discutindo. Nossa proposta inclui o aumento de recursos, o fortalecimento da formação inicial e continuada, além da integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional. Precisamos minimizar este cenário, pois não conseguimos alcançar os objetivos no plano atual, que ainda está em vigor. Entendemos que o Pé de Meia é importante, mas ele não atinge essa população — jovens, adultos e idosos — em sua integralidade, pois eles precisam trabalhar, precisam de transporte, e, se não houver articulação em um plano nacional, não alcançaremos aquilo a que nos propomos.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Muito bem. Vou agora encerrar as falas da Mesa e passar a palavra para nossa vereadora e futura deputada Luiza Ribeiro.

VEREADORA LUIZA RIBEIRO - PT/MS (Campo Grande) — Obrigada, deputado, pelo carinho e por sua proposição. Quero cumprimentar a todos e todas, em nome das pessoas que estão na Mesa, ao deputado Pedro Kemp e ao deputado Dagoberto.

Sou fã de todos vocês que estão compondo essa Mesa e sabem da nossa luta. Sou vereadora aqui em Campo Grande, do mesmo partido e até do mesmo time de futebol do presidente Lula. Sou do PT e corinthiana. Quero trazer uma questão rapidamente, até porque cheguei um pouco atrasada, pois estava cumprindo outro compromisso. Precisamos fortalecer a discussão para não permitir a desvinculação dos recursos orçamentários destinados à educação. Não é possível sequer tolerar essa possibilidade de debate. Vimos o que aconteceu no Estado de São Paulo, que, em dezembro de 2024, durante a reforma constitucional, reduziu de 30 para 25% os recursos destinados à educação. Isso precisa ser refletido com muita seriedade. Ouço algumas pessoas dizendo que a educação já foi, por muito tempo, prioridade, garantindo o vínculo de recursos e uma fatia importante do orçamento. Mas não é bem assim. Ainda temos pessoas fora da escola, crianças pequenas sem vaga na creche porque não há recursos suficientes para atender a todas. Aqui em Campo Grande, que é a capital do estado, faltam vagas na educação fundamental. Não podemos permitir essa situação. Também não podemos tolerar a terceirização ou a privatização dos recursos da educação. Temos que resistir contra essa ideia de que o setor privado é sempre mais eficiente que o setor público. Isso não pode ser aplicado à educação. E confesso que temos muito medo de que isso aconteça aqui. Meus companheiros, que são nossos parceiros de luta, têm segurado Campo Grande com muita força. Quero, neste momento, cumprimentar o professor Lucas. Ele não está aqui, mas é um grande parceiro na luta contra a privatização, assim como outros secretários e secretárias que também foram aliados contra a privatização. A nossa situação é completamente diferente de outros municípios do estado. Em Campo Grande, a educação infantil não foi privatizada. Conseguimos segurar isso com muito esforço, com muitas mãos e enfrentando grandes dificuldades. Hoje, temos apenas uma pequena parte da educação infantil sendo realizada por algumas associações, e essa realidade já dura mais de vinte anos. Estamos aqui para defender o dinheiro público, para fazer educação pública, escola pública em todos os níveis. Era isso. Muito obrigada.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Muito bem. Agora vou passar a palavra para Lilian Daiane Ricalti, que é presidente da Associação das Mães Atípicas de Mato Grosso do Sul.

SENHORA LILIAN DAIANE RICALTI (Associação das Mães Atípicas de Mato Grosso do Sul) — Boa tarde. Cumprimento a todos. Obrigada, Tabata, pela presença e por trazer à discussão um tema tão importante como a educação. Represento aqui uma parte da sociedade que é extremamente excluída: as pessoas com deficiência. Quando pensamos em comunidades vulneráveis, como quilombolas ou pessoas negras, a pessoa com deficiência está na ponta dessas camadas de exclusão. Se para uma pessoa negra já é difícil acessar a educação, uma pessoa negra com deficiência enfrenta obstáculos ainda maiores. Os números mostram isso. O maior índice de analfabetismo está entre as pessoas com deficiência. Mas isso não é falado. O maior índice de evasão escolar também está nesse grupo. Conheço dezenas de crianças que não frequentam a escola porque não

conseguem. Conheço adolescentes de catorze ou quinze anos que são inteligentes, mas não sabem ler e escrever porque nunca tiveram a oportunidade de aprender. Meu filho, que está aqui ao meu lado, tem nove anos. Ele lê e escreve muito bem e já conversou com metade das pessoas neste auditório. No entanto, isso só é possível porque ele teve acesso a recursos que a maioria das crianças com deficiência não tem. Ele foi operado ainda dentro do meu útero e faz terapias desde que nasceu, tudo com muito esforço. Tenho aqui um encaminhamento de 2022 para atendimento multidisciplinar e psicológico, algo fundamental para o bom desenvolvimento escolar do meu filho. No entanto, até hoje ele está na fila do Sisreg. Sou uma mulher com certo nível de instrução, conhecida pela persistência na luta, e, mesmo assim, meu filho ainda está na fila desde 2022. Agora, imagine a situação das demais famílias que não possuem os mesmos recursos ou visibilidade. Tivemos várias mães aqui hoje, que precisaram sair mais cedo para buscar seus filhos nas escolas, algo que acontece frequentemente. Essas mães precisam tirar os filhos mais cedo porque eles têm deficiência. Muitas vezes, já é difícil para uma mãe ou um pai convencional buscar a criança às 17h. Agora, imagine buscar o filho às 16h30 porque a escola não oferece estrutura adequada. Outro ponto crítico é a relação com o Conselho Tutelar. Constantemente somos acionadas pelo Conselho Tutelar por conta da frequência escolar. Mas nossos filhos enfrentam graves problemas de saúde. Como podemos elaborar um Plano Nacional de Educação que não inclua a atenção à saúde para quem precisa? Meu filho tem que cumprir o mesmo número de presenças de uma criança que não tem problemas renais, que não usa fraldas ou que não tem uma série de internações todos os anos. Isso é inviável. Essa inclusão que falam, na verdade, não inclui. Veja, por exemplo, o programa de distribuição de absorventes. Ele é importantíssimo e devolve dignidade às pessoas. Mas nossas crianças faltam porque não têm fraldas adequadas. Lutamos constantemente contra o município, que não fornece essas fraldas, e, quando fornece, a qualidade é tão ruim que impede a ida à escola. Não há compromisso em garantir suplementos alimentares para essas crianças. O meu filho, graças a Deus, ainda consegue se alimentar, mas muitas crianças utilizam botões gástricos e necessitam de dietas de alto custo. Se essas dietas não forem fornecidas, a criança automaticamente deixa de ir à escola, aumentando os índices de evasão escolar. Além disso, crianças com deficiência geralmente entram mais tarde na escola. Meu filho, por exemplo, só conseguiu entrar depois. Quando tentamos levá-lo pela primeira vez à creche, a diretora disse: "Aqui, não! Ele usa cadeira!" Então eu peguei o meu filho, voltei para casa e falei: "Eu não vou colocar o meu filho em um sistema que não abriu o portão para ele." Não me deixaram conhecer a creche, apenas disseram que não havia condições de ele entrar. Ele só começou na escola aos cinco anos, e há crianças com seis, sete anos que ainda não estão matriculadas. Elas entram mais tarde e não terminam o ensino fundamental, e nós somos pressionadas pelo Conselho Tutelar, mas não recebemos nenhum tipo de amparo psicológico, nem nós, nem os nossos filhos. Qual é o seu pior problema na escola, Miguel? — E tem gente que vai dizer que eu estou usando o meu filho. Só que ele tem direito de fala, e eu o estou educando para isso. Quero que ele fale por si mesmo. Muito em breve, será ele que estará entrando nas Casas de Leis para falar por si. Qual sua maior dificuldade hoje na escola?

MIGUEL (partícipe) — O bullying.

SENHORA LILIAN DAIANE RICALTI (Associação das Mães Atípicas de Mato Grosso do Sul) — É o bullying! E eu já levei essa questão muitas vezes para a Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande (Semed), para a escola, e eles dizem que há coisas nas quais não dá para intervir. Muitas vezes ele é excluído de atividades físicas, e já sofreu agressão. É lógico que há amparo e acolhimento, mas, por isso, todo ano me oferecem o ensino domiciliar. E eu digo que não, porque o meu filho tem direito de conviver na sociedade. Quero prepará-lo para a vida. Não sei se ele fará faculdade, mas vou lutar para isso. Não sei se ele entrará no mercado de trabalho, mas também vou lutar para isso. O ensino domiciliar é importante para quem não tem a mínima condição de sair de casa para estudar. Há mães que optam pelo ensino domiciliar porque não têm sequer dinheiro para o transporte dos filhos. Nós, mães de crianças com deficiência, eternamente temos que levar e buscar os filhos na escola, enquanto a maioria das crianças com nove anos já vai sozinha para a escola; uma criança de nove a treze anos com deficiência precisa ser acompanhada até a escola. E tem mãe que fica o período todo da aula esperando a aula acabar. Hoje, uma mãe da escola do meu filho, cuja filha está sem apoio pedagógico desde abril, me disse que a filha está sem professora desde então. Essa filha chega em casa suja de fezes todos os dias, porque não há ninguém na escola que a limpe ou a oriente a fazer essa limpeza. Essa mãe me contou que está prestes a desistir, porque toda semana precisa de cinquenta reais para levar a filha à escola e, com isso, não consegue levá-la às consultas que custam duzentos e oitenta reais todo mês. Ela está pensando em tirar a filha da escola. Se isso não for grave, e não tiver que ser falado, e não tiver que ser mudado, eu não sei mais onde recorrer e a quem pedir ajuda. O meu filho vai para a escola todos os dias, mas com muito custo. Ele entra mais tarde todos os dias. Ano passado, ele foi reprovado porque sempre entrava mais tarde. Só que, de manhã, por conta do autismo, ele enfrenta muitas dificuldades. Às vezes, ele tem crises ou precisa passar por procedimentos como o cateterismo e a lavagem intestinal. É preciso falar sobre isso, porque são condições que, antes de ter um filho com deficiência, você nem imagina que existem. Quando a escola diz: “Aqui o seu filho é igual aos outros”, eu gostaria muito que fosse verdade. Mas não é. Ele precisa de atenção diferenciada, de um amparo diferenciado. A escola dele tem uma escadaria enorme. As salas ficam nos andares superiores, e, embora exista o espaço para um elevador, não há elevador instalado. É uma escola gigantesca, tradicional, localizada no Aero Rancho, uma região importante que diz não a uma criança com deficiência. Eles dizem que têm várias crianças com deficiência, mas são crianças “semideficientes”, não como o Miguel. Semideficientes são as crianças que todos querem, o mercado de trabalho quer, todo mundo quer. Mas, quando a deficiência aumenta o grau de dificuldade, ninguém quer. A solução que sugerem é: “Deixa em casa, ensino domiciliar é melhor.” Uma escola que diz não a um cadeirante em 2025... Como isso é possível? Meu filho tem lesão na coluna, por conta de espinha bífida, o que compromete altamente todo o seu sistema musculoesquelético. Amanhã, ele pode precisar de uma cadeira de rodas. Isso significa que ele será condenado a abandonar a escola e os amigos da vida inteira, porque não poderá mais subir as escadas. Peço desculpas por ter desabafado, mas, como eu disse, represento

uma parte grande da população que é totalmente excluída. Eu também sou pobre, e sei como é difícil terminar o ensino e chegar à faculdade. Parei uma faculdade de Direito por causa dele, e nunca mais consegui voltar. Não é porque eu não quero, mas porque o sistema é que não me deixa ter uma vida. Não foi meu filho que travou a minha vida; foi o sistema, porque ele não faz nada, não me dá nenhum retorno. Eu tenho que fazer tudo pelo meu filho, para que ele tenha dignidade, para que, no futuro, ele possa usar este microfone e falar por si mesmo. A gente vê o subemprego precário para pessoas com deficiência. É só andar aqui em Campo Grande, uma cidade que não é pobre e que, graças a Deus, não tem um índice alarmante de moradores de rua nem de crianças nos sinais. Porém, você vê crianças com deficiência vendendo bala; cadeirantes, em sua maioria, vendendo doce, bala ou títulos de sorteio nas esquinas. E eu tenho certeza de que elas não estão ali porque querem. O que sobra para elas é isso, porque as empresas, ao contratar, preferem deficiências que exigem o mínimo de adequação, assim como as escolas, que hoje não querem se adequar para receber uma criança com deficiência.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Nós temos que resolver isso. É muito importante essa sua denúncia, e a gente vai tentar lutar por essa causa. Muito obrigado! Vou passar agora a palavra e pedir que as falas sejam mantidas em dois minutos, porque há muitas inscrições e a Tabata tem horário. Passo a palavra para o Robson Barros, que é do CME de Ladário. O Robson está aqui ainda? Não está. Fernanda Borges, secretária municipal de Educação de Ladário, está aqui? Aguinaldo Terena, secretário executivo do Conselho Indígena, está aqui? Por favor, Aguinaldo.

SENHOR AGUINALDO TERENA (conselheiro dos Direitos Indígenas - Anastácio/MS) — Boa tarde a todos e todas! Eu gostaria de agradecer sua visita aqui, Tabata. Eu sou do povo Terena, da aldeia de Anastácio, mas resido em Campo Grande há mais de vinte anos. Estamos aqui como um grupo presente neste evento para falar sobre o contexto urbano dos povos indígenas em Campo Grande. Hoje somos dezoito mil, quatrocentos e trinta e nove indígenas na cidade, segundo pesquisa do IBGE de 2022. Existem várias escolas aqui em Campo Grande, onde estão nossos alunos, porém, a presença dos nossos alunos muitas vezes não aparece nos dados do MEC. Nós somos invisíveis aqui. Por isso, queremos propor que esses dados sejam realmente levantados dentro do contexto de Campo Grande. Em âmbito nacional, conforme o IBGE, a população indígena tem aumentado dentro do contexto urbano. É nesse sentido que estamos aqui para reivindicar uma escola indígena que seja tradicional, de acordo com a nossa ancestralidade, para que possamos nos desenvolver dentro da nossa própria cultura. Eu gostaria de dizer ao deputado Dagoberto que a proposta da lei trazida por ele nos ajuda muito aqui em Campo Grande. O ensino bilíngue é essencial. Se não tivermos nossa língua dentro das escolas, vamos perder nossas raízes. É por isso que estamos aqui hoje. Muito obrigado!

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS — Obrigado, meu irmão! Estamos com um projeto de lei que vai obrigar que, nas comunidades indígenas,

as aulas sejam ministradas na língua daquela etnia ou daquela comunidade. Isso será obrigatório com a aprovação dessa lei, que já está quase concluída. Acho que ela já foi até ao Senado, pois já passou na Câmara. Pode ficar tranquilo que estamos cuidando disso. Bom, agora é a vez do Lizio Lili, presidente do conselho...

SENHOR LIZIO LILI (presidente do Conselho Municipal de Direitos e Defesa dos Povos indígenas) — Obrigado! Deputado, ficamos muito felizes por estarmos aqui hoje. Nossa tribo compareceu em peso, mas, devido ao tempo, muitos já precisaram voltar para suas casas, mas na verdade as nossas palavras são no sentido de dizer que o Estado precisa olhar com outro olhar, porque estamos em um momento diferente. Como vocês podem ver, uma boa parte da população indígena está nas cidades. Aquele projeto urbanizador, considerado civilizador, trouxe impactos positivos, mas também prejudica muitas pessoas, pois nos distancia da nossa cultura. A escola é um dos fundamentos, uma das bases para essa transformação, mas ela precisa ser melhorada. A escola necessita não apenas de uma estrutura física, mas também de uma formação adequada, e as crianças precisam continuar falando a sua língua. As crianças e as famílias devem ocupar os seus territórios. Hoje temos o nosso território, mas muitas vezes não vivemos dele, porque o impacto do projeto urbanizador é muito significativo. Outro ponto relevante é que percebemos que esse projeto não afeta apenas as aldeias, mas também as cidades. Isso ocorre porque adotamos outros modelos de educação, de formação e de alimentação, e essas mudanças também nos adoecem. Esses aspectos precisam ser incluídos nesse programa. Fico feliz porque o movimento indígena brasileiro sempre está presente. Ele nunca esteve ausente. Em 1988, quando o Brasil estava em um momento difícil e foi criado o Estado Democrático de Direito, os povos indígenas estiveram presentes. E hoje, enquanto a educação nos convoca, também estamos aqui presentes. Queremos fazer parte desse espaço, que está sendo liderado por vocês, para que possamos expor com sinceridade e clareza as situações que estamos vivendo no Brasil. Queremos as mesmas oportunidades que os demais brasileiros. Obrigado, deputado, deputada e demais autoridades.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Vou convocar agora a Daniele Curti, presidente do Sistema de Informação e Monitoramento da Educação (Simed). Está aqui? Já foi? Wanderlei Dias Cardoso, dos povos indígenas, está presente?

SENHOR WANDERLEI DIAS CARDOSO (professor) — Boa tarde, senhor deputado, senhora deputada Tabata, seja bem-vinda ao nosso estado. Sou professor doutor e estamos aqui representados pelos povos guarani, kinikinau e terena. Eu poderia falar a partir dos vários papéis que exerce no campo da educação, como vice-presidente de um conselho municipal de educação de Aquidauana, por exemplo. Mas hoje quero falar como indígena. No plano anterior, nós, enquanto povo indígena, não apresentamos propostas, pois nossa conferência aconteceu dois anos depois, em 2016, que foi a segunda e última conferência. Por isso, não poderia deixar de aproveitar esse momento tão rico, como já

ressaltaram meus colegas. Na história do Brasil, a população indígena sempre esteve presente, e na educação não é – e não pode ser – diferente. Gostaria de destacar aqui uma especificidade do Estado de Mato Grosso do Sul. Por exemplo, a primeira terra indígena a contar com escolas de ensino médio foi aqui no estado. Estou falando de escolas, e não de projetos isolados de formação de magistério ou de saúde, mas de ensino médio oficial. E agora estamos recebendo o projeto dos primeiros Centros de Educação Infantil (Ceinfs), algo que também começa aqui em Mato Grosso do Sul. Contrariando algumas visões antropológicas que diziam que o índio não precisa de coordenação motora — porque, desde pequeno, já sabe acertar alvos, como mangas, com uma flecha — nós estamos afirmando o direito da criança indígena à educação, um direito que todo ser humano tem. Este direito precisa ser assegurado. Quando se fala em orçamento, é necessário lembrar que a educação indígena é específica e, portanto, precisa de um orçamento específico. Nossos estudantes, por exemplo, passam por situações muito desafiadoras. Alguns precisam acordar às 5h da manhã para pegar o ônibus e chegar à escola às 7h. É essencial pensar em toda a infraestrutura e nas condições financeiras para garantir o acesso à educação, incluindo a alimentação, como o café da manhã. Enfim, a questão financeira requer uma atenção especial. Para os acadêmicos indígenas no ensino superior, não é possível continuar fazendo seletivas entre quem terá bolsa e quem não terá. Não dá para fazer isso. Como vou chegar ali com os meus patrícios e dizer: "Olha, temos duas bolsas"? Imagine, eu tenho visto alunos com dezessete anos passarem em cursos de Medicina e depois se frustram porque não tiveram condições de se manterem na universidade, o que é muito triste para nós. Mato Grosso do Sul já foi modelo. Eu trabalhei com o deputado Pedro Kemp, enquanto ele era secretário, e com o Helinho, Hélio de Lima, que acabou de sair. Fomos referência no Brasil — sem falsa modéstia — em educação escolar indígena. Mas hoje, Mato Grosso do Sul, na minha visão de pesquisador e doutor em educação, está ao deus-dará. A Resolução nº 03, Parecer nº 14, do Conselho Nacional de Educação, que criou a categoria da escola indígena, estabelece que o responsável pela política de educação é o estado, ou seja, os estados. E aqui, em Mato Grosso do Sul, não há uma gerência de educação dedicada. Então, os municípios fazem o que bem entendem. As gestões municipais mudam e cada lado faz conforme seu próprio entendimento, pois não existe uma gestão central de políticas públicas. É preciso uniformizar o sistema de educação. O Conselho Estadual de Educação — do qual já fiz parte no início dos anos 2000 — precisa garantir novamente a organização dos sistemas de educação, tanto do estado quanto dos municípios que possuem sistemas próprios, e isso precisa ser feito agora. Alguém precisa informar e organizar isso, pois, sem essa informação e coordenação, fica difícil. Era isso que eu tinha para dizer. São vinte e seis anos de sucessos, sendo dez dedicados à educação escolar indígena, e muitas coisas melhoraram, mas ainda há muito a ser feito.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Obrigado. Vou convocar agora o professor Aldo, vereador em Anastácio e também é da comissão de educação.

VEREADOR ALDO DOS SANTOS - PV/MS (Anastácio/MS) — Inicialmente, saúdo a todos e todas. Digo, deputado, da minha satisfação em estar aqui, vendo nessa seleta Mesa dois ex-pedetistas: o senhor e a deputada Tabata, a quem dou boas-vindas ao nosso Estado de Mato Grosso do Sul. Em seus nomes e no de minha presidente, professora Deumeires Moraes, cumprimento nossa Mesa de autoridades. Quero dizer que estou muito otimista com a elaboração do próximo Plano Nacional de Educação, porque temos um governo que entende que a educação não é uma despesa, mas, sim, um grande investimento. É nessa perspectiva que participo deste seminário. Quero expressar minha preocupação em relação ao plano vigente e às metas 15, 16, 17 e 18, que não foram cumpridas pela maioria dos estados e municípios. Essas metas se referem à valorização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, não só dos estados, mas também dos municípios. Eu gostaria de perguntar à comissão que está elaborando o plano: o que está sendo pensado para que essas metas, caso se mantenham no próximo plano, efetivamente sejam cumpridas pelos estados e municípios deste país?

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Obrigado, Aldo. Professora Jane, de Paranaíba, está aqui ainda? Jane, você está com a palavra.

SENHORA JANE PAULA (chefe de gabinete da Prefeitura de Paranaíba/MS) — Boa tarde. Já foi bastante falado aqui da nossa preocupação com este plano que está se encerrando agora. A maior parte do que ele propõe, os municípios tentaram cumprir, mas com muita dificuldade. Ainda assim, os municípios conseguiram avançar um pouco. No entanto, o financiamento é onde mais deixa a desejar. A gente elabora o plano, se organiza, planeja, cria uma expectativa de coisas boas nas escolas e nos municípios. O Governo propõe, mas, na hora de pagar, isso não acontece, então ficamos na dificuldade, no município, com a falta desse recurso. Então, eu coloquei uma pergunta: escola de tempo integral..."Vamos implantar". Ótimo, excelente. Mas como vai ficar o financiamento? A gente precisa muito da escola em tempo integral, mas o município, que já enfrenta dificuldades, terá ainda mais gastos para manter uma escola de tempo integral com qualidade. Quero saber: o Governo vai realmente cumprir com esses financiamentos para os municípios? Porque, lá na ponta, nós conseguimos fazer a gestão caso o financiamento proposto seja, de fato, pago. Deputado, você sabe o quanto a gente bate na porta do seu gabinete, e você tem ajudado Paranaíba. Mas, eu fiz outra sugestão: não haveria possibilidade de criar uma lei que obrigasse o cumprimento desse financiamento nos municípios, especialmente aqueles que se prepararam, planejaram e têm tudo estruturado dentro do Plano de Ações Articuladas (PAR)? Esperamos, pelo menos, alguma resposta clara: "Seu projeto não será contemplado." Porque ficamos na expectativa, esperando que algo aconteça. Dessa forma, poderíamos garantir qualidade ou buscar outras alternativas sem ter que esperar por quatro anos um planejamento que, muitas vezes, não sai do papel. Obrigado.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Jane, acho muito importante sua colocação. Isso acontece porque não há a obrigatoriedade de dar aquela contribuição extra para quem está implantando a escola de tempo integral. Isso depende do Governo. O Governo atual está pagando, mas o problema foi que o Governo anterior não pagou, o que desestimulou muitas escolas de tempo integral e levou ao fechamento de várias delas, justamente porque não receberam o apoio necessário do Governo Federal. Achei excelente sua ideia, Jane. Tabata, vamos pensar nessa questão para criar algo em lei que torne obrigatória essa responsabilidade do Governo Federal em financiar as escolas de tempo integral, enquanto elas estiverem em funcionamento. Gostei muito da sua proposta, Jane. Obrigado. Agora, vou passar a palavra para o Elias Ishy, vereador de Dourados. Elias, você está com a palavra, meu irmão.

VEREADOR ELIAS ISHY - PT/MS (Dourados/MS) — Dois minutos, Dagoberto. Serei breve. Em seu nome e em nome da deputada Tabata, cumprimento todas as autoridades presentes. É muito bom estar aqui com pessoas preocupadas com a educação, educadores e profissionais comprometidos. Temos ouvido muitas sugestões para o Plano Nacional de Educação. Deputada Tabata, acredito que sua vinda aqui para ouvir a realidade de diferentes locais é muito importante. Quero compartilhar um pouco sobre a situação em Dourados, que é também a cidade da deputada Gleice Jane e do secretário adjunto Zé Vicente. Dourados possui uma comunidade indígena com cerca de vinte e cinco mil habitantes, uma população maior do que mais da metade dos setenta e nove municípios do estado. Lá, existem oito escolas, sendo apenas uma de ensino médio. Em 2023, em uma dessas escolas — a Escola Municipal Indígena Lacui Roque Isnard, que é pública — dos duzentos dias letivos previstos, quarenta e sete não tiveram aula. Você sabe por quê? Porque, quando chove, não há transporte escolar. Dagoberto, podemos falar em abrir mais escolas, mas, se não houver condições básicas como transporte escolar, as crianças não conseguem frequentar a escola. É necessário proporcionar condições para que essas crianças tenham acesso à educação. Outro ponto que quero trazer é sobre a educação infantil. Em Dourados, temos cerca de oito mil e seiscentas crianças na educação infantil. Destas, duas mil já estão matriculadas em escolas privadas ou conveniadas, o que representa quase um quarto do total. Isso acontece porque o município não consegue atender toda a demanda. No orçamento municipal, o percentual obrigatório para a educação é de 25%. No entanto, em 2023, o município utilizou 35% das receitas para gastos com educação. Em 2024, esse valor caiu para 33%. Mesmo com esse elevado investimento, enfrentamos uma grande precariedade. Os profissionais da educação no município ainda trabalham em condições inadequadas. Muitas escolas precisam urgentemente de reformas. No ano passado, e também neste ano, mil e quinhentas crianças não conseguiram vagas nas escolas. Aí tem que arrumar vaga para cá e para lá. É Ministério Público, é judicialização, são os pais indo ao Ministério Público, os diretores recebendo medidas judiciais obrigando a aceitar alunos, e os professores em salas superlotadas, com problemas de saúde mental, enfim... Essa é a realidade que nós temos. Temos, também, a Lei nº 14.817/2024, que vocês aprovaram no Congresso Nacional, que trata da valorização

dos profissionais da educação. Porque, se não houver condições de trabalho, se não tivermos professores bem preparados, com carreira, com concurso público, não conseguiremos entregar para a população uma educação de qualidade, e tudo ficará no papel. Finalizando: o plano pode ser ótimo, pode ser excelente, mas ele precisa ser executado. Aprovar leis é fácil. Enquanto vereador e presidente de comissão, sei que é fácil; mas implementar é outra história. Dinheiro no orçamento precisa ser separado, tirado daqui e dali, e a educação acaba preterida. Por que 45% do orçamento da nação é destinado ao capital financeiro nacional? Por que, quando usamos o cartão de crédito, pagamos 15 a 20% de juros e esse setor acaba levando uma grande parte do orçamento do nosso país? Estou no meu sétimo mandato como vereador e ouço muitos discursos, muitas falas, mas o povo está sofrendo. Precisamos colocar as coisas em prática. Mas colocar leis em prática não é tarefa do Legislativo, portanto, temos que cobrar do Executivo. E, principalmente, devemos cobrar daqueles que defendem o sistema financeiro, que leva todo o dinheiro da nossa nação e deixa o nosso povo na situação que vocês estão ouvindo aqui. Obrigado pela oportunidade de falar e parabéns pelo trabalho de vocês. Obrigado.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Obrigado, Ishy. Vou chamar aqui agora, para fazer sua sugestão, Eliane Matos, coordenadora do Conselho Municipal de Educação e da Primeira Infância, de Antônio João.

SENHORA ELIANE MATOS (Semec - Antônio João/MS) — Boa tarde a todos. É um prazer representar o município de Antônio João aqui. Sou coordenadora do Conselho Municipal de Educação e da Primeira Infância no município. Eu trago, como sugestão, que todas as metas e estratégias direcionadas ao Plano — seja nacional, estadual ou municipal — sejam baseadas em dados atualizados. Atualmente, os dados sempre se baseiam no IBGE de 2022. Ontem, tivemos um estudo que mostrou que talvez nunca alcancemos 100% das demandas, justamente por não utilizarmos dados atualizados; e este PNE estará direcionado a dados estatísticos de 2022. Então, penso que seria necessário realizar um estudo sobre terceirização ou algo nesse sentido. Ontem, a equipe do IBGE declarou que é pequena demais para atender todo o Brasil, todos os estados e municípios. Outra sugestão que faço é direcionar um dia letivo, nas escolas estaduais e municipais, para o estudo dos planos por parte das equipes de educadores. Uma das maiores dificuldades que temos — e penso que isso não ocorre apenas em Antônio João, mas em outros municípios também — é fazer com que as equipes sentem, estudem e debatam com calma. É muito difícil pedir para que façam isso fora do expediente, em um sábado ou domingo, portanto, precisamos de um dia letivo específico para estudar o plano com calma e planejamento. Essas são as duas sugestões que deixo aqui.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Professor André Santana, de Naviraí.

SENHOR ANDRÉ SANTANA (professor - Naviraí/MS) — Boa tarde a todos.

Sou André, secretário municipal de Educação do município de Naviraí. Para nós, esta discussão é extremamente importante, considerando que este plano já deveria estar mais avançado, tendo em vista o término do plano anterior, que finalizamos em 2024 para 2025. No entanto, temos algumas preocupações relacionadas às relações governamentais e à aplicação dos recursos, especialmente considerando questões que envolvem a comunidade indígena e os vários desafios enfrentados. Em Naviraí, nós estamos realizando um trabalho importante de educação bilíngue, começando no contraturno escolar. Considero essencial destacar a importância de valorizarmos isso. Outro ponto importante, que merece atenção e discussão imediata, é a necessidade de manutenção dos livros didáticos nas escolas. Recentemente, foi anunciado o risco de não aquisição de livros para disciplinas como Ciências, História e Geografia. Isso seria uma falta muito grave, e acredito que o Governo Federal precisa rever essa proposta de deixar de distribuir esses livros. Como professores — mesmo sendo eu professor de Matemática — sabemos que isso impactará negativamente as outras disciplinas e representará mais um retrocesso na educação. A falta de aquisição desses livros didáticos trará desigualdade e representará uma falta de equidade na educação. Essa desigualdade ainda afeta condicionalidades vinculadas à Valorização do Desenvolvimento e Aprimoramento da Rede (VAR), que é um recurso essencial para fortalecer os municípios. Sem esses livros, a complementação da VAR é prejudicada, impactando diretamente a educação especial, a inclusão e o fortalecimento da educação indígena. Poucos municípios em Mato Grosso do Sul foram contemplados com as condicionalidades da VAR, e a ausência desses materiais educacionais agravará ainda mais esse cenário. Então, peço, encarecidamente, que vocês discutam essas questões junto ao Governo Federal, antes da aprovação do Plano Nacional de Educação. Precisamos evitar esse retrocesso, algo que colocaria ainda mais pressão sobre os municípios e seus gestores. Não podemos aceitar que esses livros fiquem de fora das unidades escolares, pois essa é uma discussão que afeta o país de norte a sul. Essa é a minha contribuição, um desabafo como gestor. Porque o gestor, além de pensar nas questões didáticas de avanço educacional, também deve se preocupar em garantir os recursos financeiros necessários para atender às demandas das nossas crianças, sejam elas de municípios com três, quatro, cinco mil habitantes ou de cidades com mais de um milhão. Um abraço a todos, e que Deus os abençoe.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Muito bom. A Rita de Cássia, da Semec de Camapuã, está presente? Bom, pessoal, é o seguinte: eu ainda tenho uma lista de pessoas inscritas, mas todas essas sugestões foram feitas por escrito; e eu vou repassá-las à deputada Tabata. Quer falar, Rita?

SENHORA RITA DE CÁSSIA LUCENA (Semec - Camapuã/MS) — Isso, eu sou Rita, de Camapuã. Participei do Plano Municipal de Educação e acompanho esse trabalho através da Comissão de Monitoramento. Também sou mãe atípica e faço parte dos conselhos. Acompanho de perto a educação e também sou coordenadora da Educação

Especial no meu município, e vejo a dificuldade que tanto os profissionais quanto as mães enfrentam. A sugestão que dou é a valorização dos profissionais e o maior investimento. Precisamos de um olhar especial para o desenvolvimento das crianças dentro da escola, porque a escola tem que ser adequada às necessidades do aluno. A gente percebe que há diversos tipos de deficiência ou transtornos, e nem sempre aquele profissional está habilitado para atender a situação específica. Muitas vezes, o aluno está dentro da escola, mas o conteúdo não é adequado para ele. É preciso pensar que a criança deve, sim, estar na escola, pois é um direito dela, mas o conteúdo precisa fazer sentido para a vida dela, dentro e fora da escola. Enquanto mãe, penso que não vou estar a vida inteira ao lado do meu filho para dar suporte a ele. Ele deve ser acolhido pela sociedade, mas também deve estar preparado para viver de forma independente. É isso. Obrigada.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — OK. O Fábio também vai falar. Depois o Fábio vai perder o avião e eu vou ser culpado disso, e não tenho como levá-lo para São Paulo.

SENHOR DIEGO MARIANO (ex-presidente do Conselho Estadual da Juventude) — Um minuto, deputado. Sou Diego Mariano, fui presidente do Conselho Estadual de Juventude e subsecretário de Juventude de Mato Grosso do Sul. A minha consideração é só uma: estamos passando por esse processo de escuta, através deste evento maravilhoso, onde ouvimos pessoas que estão na luta pela educação pública, gratuita e de qualidade. Mas senti falta hoje da presença de representantes dos alunos. Deixo o encaminhamento de que seja criado algum mecanismo amplo que possibilite aos estudantes das redes também darem o seu olhar sobre o Plano Nacional de Educação. O olhar da docência é extremamente importante, pois vocês estão na sala de aula e vivenciam o ensino. Mas o olhar daquele que é o receptor, o aluno, também é muito relevante. Não podemos deixar esse ponto de fora na definição das metas e diretrizes que vão pautar a educação do Brasil nos próximos dez anos. Era só isso. Muito obrigado.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Muito bem. Obrigado, meu irmão. Agora, antes de encerrar, quero passar a palavra para a Gleice, que quer fazer uma ponderação. Depois, passo a palavra para a Tabata, para que possa fazer o encerramento. Pode falar, Gleice.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT/MS (vice-presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto – Alems) — Gente, bem rapidinho, eu só queria acrescentar o seguinte: Tabata, temos uma situação aqui em Mato Grosso do Sul relacionada à educação escolar indígena e quilombola. Iniciamos o debate, mas acho que precisamos aprofundar. Nos territórios indígenas e quilombolas, vemos problemas muito semelhantes, como a falta de água para as crianças em casa e nas escolas, especialmente nas retomadas, que são áreas de conflito. Essas crianças enfrentam dificuldades para

chegar à escola e, mais tarde, não conseguem ingressar na universidade. São áreas de insegurança para as mães e para os filhos. Precisamos ter um olhar especial para essas regiões. Existe um Fórum Estadual de Educação Escolar Indígena, e quero me colocar à disposição para ajudar na comissão, porque não podemos deixar essas comunidades de fora. Há uma demanda muito grande, principalmente das meninas nas aldeias, que não conseguem frequentar a escola por falta de segurança. Já sugeri anteriormente que devemos implementar um “busão indígena” que vá até as aldeias buscar essas crianças. O ônibus escolar atual não entra nas aldeias, principalmente nas retomadas. Então, eu queria apenas destacar essa questão e reforçar que estou à disposição para aprofundarmos o tema. Obrigada.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Bom, gente, então, para encerrar... Não dá tempo; ela [deputada] vai perder o avião. [Fala fora do microfone]. Pode ficar tranquila, porque os administrativos também estão no Plano Nacional. Tudo bem se a Gleice continuar aqui com vocês e depois passar as informações para nós? Pode ser assim? Assim fica mais democrático.

DEPUTADA FEDERAL CAMILA JARA - PT/MS — Depois eu me encontro com a Tabata e o Dagoberto.

SENHOR WILDS OVANDO (Fetems) — Deputado, só uma sugestão, rapidamente.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Pois não.

SENHOR WILDS OVANDO (Fetems) — Sobre audiência pública, sugiro que estudem uma forma melhor de ouvir o público, o “povão”. Abram as audiências e deixem o povo falar; depois, a Mesa fala sobre o que o povo falou. Porque, no início, perdemos muito tempo e não escutamos o povo. Agora eu quero falar e tem dois minutos, mas nem esses dois minutos estão me dando. Então, gostaria de falar em nome dos funcionários da escola. Hoje, e não vi muitas pessoas lembrando disso, nós somos funcionários invisíveis dentro da escola, como se a escola fosse feita apenas de professores e alunos. Precisamos do apoio de vocês, parlamentares, para dar mais visibilidade a esses funcionários. Atualmente, temos o piso nacional tramitando no Congresso Nacional, e gostaria de pedir o apoio dos três deputados federais aqui presentes para o Projeto de Lei nº 2531/2021, que trata do piso nacional dos funcionários de escola. Teríamos muito mais coisas para falar, mas precisamos de mais tempo. Então, deem mais tempo para o povo falar, porque o povo quer falar. Obrigado, desculpem!



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO SEMINÁRIO “PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO”
REALIZADA EM 07/08/2025**

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Nada de pedir desculpa! Parabéns!

SENHOR WILDS OVANDO (Fetems) — Deputada Tábata, boa viagem! Esperamos que a senhora possa voltar aqui novamente com mais tempo.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA - PSDB/MS (proponente e titular da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Vou pedir então à deputada Camila, que é deputada federal e tem uma relação muito forte comigo e com a Tabata, que, assim que sairmos, assuma aqui e dê continuidade, garantindo o direito de vocês poderem falar. Ela também levará esses questionamentos à Tabata. Antes, quero agradecer a presença de vocês. Muito obrigado por estarem aqui conosco e por nos prestigiarem. Vou passar a palavra para a Tabata, para ela concluir rapidamente, e depois sairemos.

DEPUTADA FEDERAL TABATA AMARAL - PSB/SP (presidente da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034) — Pessoal, serei breve, devido ao horário. Não tive a oportunidade de cumprimentar a Camila antes, porque ela ainda estava a caminho. Quero registrar o quanto aprendo todos os dias com essa amiga que é brava, sim, mas que só entra em lutas boas. Quero prestar minha solidariedade pelos ataques que você vem recebendo nas últimas horas, Camila, e reafirmar que somos de luta e não nos dobrarmos com qualquer coisa. Seguimos firmes. Quero agradecer muito a cada um de vocês e reforçar as palavras do deputado Dagoberto. É uma alegria termos aqui um coordenador em Mato Grosso do Sul que, de fato, é da educação e está levando esse diálogo para Brasília. Saio daqui com muitos documentos e anotações, mas essa discussão ainda não terminou. Por isso, peço a vocês que continuem encaminhando suas ideias e questionamentos. Como prometi no início, vou continuar ouvindo e garantir que cada palavra dita aqui seja analisada. Vocês precisam ter em mente que estamos diante de um Congresso bastante desafiador. Ouvi as críticas feitas ao projeto, e concordo em parte com algumas delas. O projeto enviado não é o ideal, mas tenho certeza de que avançaremos muito com um projeto possível, aprovado ainda neste ano, que nos dará os instrumentos para lutar pelos recursos da educação, contra a desvinculação desses recursos e contra a inclusão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) no teto de gastos, entre outras medidas prejudiciais. Peço essa compreensão, pois sei que vocês enfrentarão muita pressão aqui. Nossa objetivo é fazer um PNE à altura do potencial de nossas crianças e do tamanho que o Brasil merece. Meu compromisso como presidente dessa comissão é aprovar este relatório ainda neste ano. Não queremos mais prorrogação nem enrolação. Se este ano já está difícil, imaginem o ano que vem, que será ano eleitoral. Então, peço o apoio de vocês. Vamos pressionar, mas compreender que, numa democracia, a gente nem sempre faz exatamente o que quer. Em vez disso, vamos somando, ouvindo, discutindo e construindo. Tenho certeza de que o que estamos fazendo aqui juntos vai mudar a vida de

muita gente e transformar o nosso país. Contem comigo! Seguimos na luta. Vocês me trouxeram apenas para trabalhar e nem consegui ver nada da cidade, então, vocês vão ter que me convidar mais uma vez. Muito obrigada e até a próxima!

DEPUTADA FEDERAL CAMILA JARA - PT/MS — Convido agora, para fazer uso da palavra, a Adriane Quilombola.

SENHORA ADRIANE SOARES (professora) — Cumprimento a Mesa em nome da Camila e cumprimento todos os presentes em nome da Gleice Jane. Meu pedido aos deputados é que precisamos criar diretrizes para a educação quilombola no estado. Não é possível criar escolas quilombolas e falar de educação quilombola, mesmo existindo a lei desde 2010 — renovada em 2012 — sem a existência de diretrizes específicas para a educação quilombola. Precisamos que essa regulamentação venha de cima para baixo, em nível nacional, Camila, e que seja algo obrigatório. Nosso território não é apenas a terra; ele inclui educação e saúde. Por meio da educação e do currículo escolar, a valorização da educação afro-brasileira, que também é lei, deve acontecer. Precisamos de uma diretriz que valorize nosso território. Nossas crianças necessitam conhecer nossas histórias e culturas. É isso. Fiz questão de pedir para falar, porque, no Estado de Mato Grosso do Sul, não temos essas diretrizes. Muito obrigada.

DEPUTADA FEDERAL CAMILA JARA (PT/MS) — Muito obrigada, Adriana. Vamos responder e comentar, mas faremos isso em bloco, e depois retornaremos aos comentários. Agora, para fazer uso da palavra, chamo Eidi Cristina. A Eidi não está presente! Iremos passar para a próxima fala. Gostaria de chamar Gilson dos Santos.

SENHOR GILSON DOS SANTOS (agente de saúde) — Boa tarde a todos e a todas que compõem a Mesa e a todos os resistentes que permanecem aqui nesta plenária. Primeiramente, gostaria de parabenizar a iniciativa de realização desses seminários que discutem o Plano Nacional de Educação no Brasil. Hoje, Campo Grande está promovendo este importante evento. Quero apresentar algumas sugestões e posicionamentos, porque há algo que precisamos destacar. Há mais de três décadas, iniciaram-se planos nacionais de educação com o objetivo de reduzir a evasão escolar no Brasil. Avançamos nesse sentido, e isso é inegável. Contudo, a qualidade da educação oferecida aos estudantes ainda é muito precária. Observamos que o analfabetismo funcional é alarmante, afetando estudantes desde o ensino fundamental até o ensino superior. Por isso, acredito que o novo Plano Nacional de Educação deveria ser mais abrangente, promovendo não apenas a redução da evasão escolar, mas também a melhoria da qualidade da educação no Brasil. Com relação ao financiamento da educação no Brasil, é fundamental criar mecanismos para os representantes da Câmara dos Deputados. É preciso que se proponha um projeto, uma PEC ou algo similar que revogue a PEC que criou o teto de gastos para o Governo Federal. Precisamos reinvestir e ampliar os investimentos em todo o sistema social do Brasil, seja na educação, na saúde, na habitação, na segurança ou em outras áreas. Não dá para limitar investimentos, especialmente os sociais. Portanto, essa revogação deve ser

feita. Agora, pegando um gancho na questão da educação, eu gostaria de sugerir que esta Casa de Leis analise a possibilidade de rever a valorização dos professores contratados na rede de educação. Não dá para tratar esses profissionais de forma desigual. Eles exercem a mesma função, mas recebem salários relativamente menores. É preciso rever isso. É necessário tratar os professores com igualdade. Muito obrigado.

DEPUTADA FEDERAL CAMILA JARA - PT/MS — Muito obrigada. Pessoal, agora vou chamar os presentes no Plenário para sabermos quem está aqui, para calcularmos o tempo de duração do seminário. Quem estiver, por favor, manifeste-se: Eliane Castro, Elisa Bartolomei, Olinda, Pedro Rabelo, Maria José Marques, Isabela Fernandes, Leonel Bonfim, Maria, Luiz e Matheus Vinícius. Matheus, nós iremos encerrar o seminário após sua fala.

SENHOR MATHEUS GUIMARÃES (UFMS) — Boa tarde a todos e a todas. Eu sou Matheus, professor da UEMS. Cumprimento a todos e todas, em especial minha colega Celi, também da UEMS. Quero pontuar várias questões importantes e destacar que é muito positivo termos a bancada federal de Mato Grosso do Sul aqui, incluindo os vereadores. Sou integrante do Conselho Municipal de Cultura, vice-presidente do Conselho da Juventude, já atuei no Conselho Estadual de Cultura e trabalho na defesa da educação, representando o estado em fóruns, inclusive participo do Fórum de Cultura das Universidades do Brasil. Na próxima semana, estarei representando Mato Grosso do Sul em um evento. Acredito que, no plano, devemos repensar a dicotomia entre cultura e educação. Existe ainda uma separação muito forte entre essas áreas, como se fossem duas coisas distintas e inseparáveis. É necessário pensar a cultura e a educação como esferas integradas. Sou da área de artes, professor de teatro e também diretor de teatro. Trabalho com cultura em Campo Grande e no estado, e vejo uma grande dificuldade em unir a cultura à educação. Essa questão transparece principalmente no processo de implementação do currículo, tanto na capital quanto em outras localidades. Felizmente, aqui em Campo Grande, conseguimos implementar uma lei muito significativa: a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei nº 13.278/2016, regulamentando também o ensino de arte na educação básica. Essa é uma realidade que, infelizmente, não é cumprida em grande parte do Brasil. Hoje, na capital, o professor de arte consegue desenvolver seu trabalho de forma plena, a partir das linguagens artísticas e com base em sua formação específica. No entanto, isso não acontece no restante do estado, onde a legislação que regula o trabalho do professor de arte formado na área não é efetivada. Essa é uma questão que precisa ser tratada. Campo Grande é uma exceção, mas somente por conta de uma forte mobilização militante que trabalhou junto à gestão para implementar esse avanço. Eu, inclusive, fazia parte da gerência da Semed na época em que implementamos esse currículo. Inclusive, na semana retrasada, o deputado Dagoberto e eu enviamos um dos documentos para o MEC, abordando a questão da educação e da arte, com o objetivo de tratar o tema de forma mais profunda. Apesar disso, mesmo com os esforços aqui em Mato Grosso do Sul, é triste constatar que apenas a esquerda está presente nestes debates. Quando discutimos educação e cultura, é sempre a esquerda que se interessa; nunca

vemos a direita ou o centro participando dessas discussões. Por isso, quero agradecer ao pessoal do PT — Luiza, Gleice, Camila, e também ao Kemp, que esteve aqui. Mas onde está o pessoal dos outros partidos para discutir a educação? Não há. Assim funciona no município, no estado e, muitas vezes, no país: vivemos o descaso com a cultura e a educação, sem pensarmos em uma implementação efetiva das leis. Temos a LDB, que deveria ser uma referência constante no processo educativo, mas ela é pouco considerada nas escolas, seja por falta de informação, seja pela ausência de uma gestão diária e efetiva. Precisamos repensar isso, especialmente em um estado que não valoriza os professores de arte. Por isso, quero convocar a vereadora Luiza, Gleice Jane e Camila para trabalharmos juntos na efetivação de um entendimento comum: arte e educação não podem ser separadas. Muito obrigado pelo espaço e pela audiência.

SENHORA CELI CORRÊA NERES (presidente do Conselho Estadual de Educação - MS) — Adriana Quilombola, tudo bem? Eu sou a professora Celi, e depois eu gostaria de pegar seu contato. Já falei com a professora Mariuza, que também disse que tem seu contato. Estamos com uma comissão no Conselho Estadual de Educação elaborando as diretrizes para a educação quilombola e gostaríamos muito de contar com sua colaboração. Essa comissão tem representantes do conselho, mas também conta com várias pessoas dos movimentos sociais, incluindo o movimento negro. Depois, pedirei à professora Mariuza para fazer o convite formal a você. Sua participação é muito importante. Está certo? Muito obrigada.

DEPUTADA FEDERAL CAMILA JARA (PT/MS) — Muito obrigada, Celi. Muito obrigada, Gleice. Obrigada a cada um de vocês que ficaram conosco até o final. Agradeço por dedicarem esta tarde a discutir algo tão fundamental para o desenvolvimento do nosso país, do nosso estado e para que possamos realmente evoluir. É lamentável que nem todos os parlamentares compreendam que um projeto de nação não se constrói sem o pilar da educação, da pesquisa, das universidades e do setor econômico. Esse é o caminho que levou as nações consideradas desenvolvidas ao sucesso. Enquanto esse entendimento não chegar à mente de todos os parlamentares e representantes públicos, continuaremos debatendo em uma esfera restrita. A sociedade, porém, já comprehende isso. Tanto é que, nas eleições, qualquer candidato que não priorize a educação e a valorização dos professores perde credibilidade. Mesmo assim, vemos que a construção de políticas educacionais ainda é insuficiente. Muito obrigada pela participação de todos! As contribuições de vocês estão anotadas e vão comigo para Brasília. Acho que terei que comprar uma pasta nova para levar tudo sem perder nada. Agradeço a presença e a participação de todos. Declaro encerrado o seminário do Plano Nacional de Educação. Tenham todos uma boa noite — mais tarde do que o previsto, porque sempre devemos dedicar mais tempo para discutir educação. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrado o presente seminário. Está encerrado (17h30min).